



AO SEU LADO EM TODO O LADO

A grayscale photograph of a hand holding a large, vibrant orange paper flower. The flower has five petals and is held in a way that its center is visible. The background is a light gray gradient.

RELATÓRIO

SOBRE A SOLVÊNCIA E A
SITUAÇÃO FINANCEIRA

2016

COSEC - Companhia de Seguro de Créditos, S.A.

Sociedade anónima de seguros, com sede em Avenida da República, 58 - 1069-057 LISBOA, autorizada pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões a exercer atividade nos Ramos Não Vida - Crédito e Caução. Matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa sob o número único da matrícula e de identificação fiscal n.º 500 726 000, com o capital social de €7 500 000,00.

Índice

05	Sumário Executivo	3
06	A. Atividades e Desempenho	
06	1. Atividades	
06	2. Desempenho da Subscrição	
07	3. Desempenho dos Investimentos	
07	4. Desempenho de Outras Atividades	
07	5. Eventuais informações Adicionais	
08	B. Sistema de Governança	
08	1. Informações Gerais sobre o Sistema de Governança	
08	1. 1. Estrutura Organizativa	
09	1. 2. Conselho de Administração	
09	1. 3. Comitês do Conselho de Administração	
09	1. 4. Comissão Executiva	
09	1. 5. Conselho Fiscal	
09	1. 6. Funções-Chave	
10	1.7. Declaração sobre a Política de Remuneração dos Membros dos Órgãos Sociais, dos Diretores de 1.ª linha e Responsáveis por Funções Chave	
11	1.8. Benefícios dos Empregados	
11	1.9. Transações entre Entidades Relacionadas	
11	2. Requisitos de Qualificação e Idoneidade	
12	3. Sistema de Gestão de Riscos	
13	3.1. Autoavaliação do Risco e da Solvência (ORSA)	
15	4. Controlo Interno	
16	5. Função de Auditoria Interna	
16	6. Função Atuarial	
16	7. Subcontratação	
17	C. Perfil de Risco	
17	1. Risco Específico de Seguro	
18	2. Risco de Mercado	
18	3. Risco de Crédito	
19	4. Risco de Liquidez	
20	5. Risco Operacional	

Índice

4

21 D. Avaliação para efeitos de Solvência

21 1. Avaliação de Ativos

22 1.1. Ativos Intangíveis e Custos de Aquisição Diferidos

22 1.2. Investimentos

22 1.3. Terrenos e Edifícios

22 1.4. Caixa e Equivalentes e Depósitos à Ordem

22 1.5. Ativos por Impostos Diferidos

23 2. Provisões Técnicas

23 2.1. Valor das Provisões Técnicas

24 2.2. Princípios e Incerteza

24 2.3. Metodologia e Hipóteses de Trabalho

25 2.4. Adequação dos Prémios e das Provisões

26 3. Outros Passivos

26 3.1. Outras Provisões Técnicas

26 3.2. Passivos por Impostos Diferidos

27 3.3. Contas a Pagar devido a Seguros, Resseguros e Acordos Comerciais

27 5. Informações Adicionais

28 E. Gestão do Capital

28 1. Fundos Próprios

28 1.1. Composição e Mudanças no Capital Disponível

28 1.2. Reservas de Reconciliação

28 1.3. Reconciliação com Capital Próprio IFRS

28 2. Requisito de Capital de Solvência e Requisito de Capital Mínimo

29 2.1. Requisito de Capital de Solvência (SCR)

29 2.2. Requisito de Capital de Solvência de Base (BSCR)

30 2.3. Absorção de Perdas por Impostos Diferidos

30 6. Eventuais Informações Adicionais

31 Informação Quantitativa

51 Certificação pelo Revisor Oficial de Conta

57 Certificação pelo Atuário Responsável

SUMÁRIO EXECUTIVO

5

Finalizada a fase de transição para adoção do regime de Solvência II, a COSEC divulga o primeiro relatório periódico de supervisão sobre a situação financeira e de solvência, com o objetivo de proporcionar aos tomadores e segurados e ao mercado em geral informação sobre o desempenho da sua atividade durante o ano de 2016.

No período a que se reporta este Relatório, a COSEC manteve a sua atividade em linha com o registado nos anos anteriores, não se registando alterações relevantes no seu sistema de governação, em conformidade com o que consta de forma mais detalhada nos pontos seguintes deste relatório.

No que respeita ao sistema de gestão de risco, o ano de 2016 fica marcado pela realização do primeiro exercício de Autoavaliação do Risco e da Solvência, tendo por base a estratégia definida pela Comissão Executiva para o triénio 2017 a 2019, e emissão do respetivo relatório.

A 31 de dezembro de 2016 a COSEC dispunha de 57 295 828 € de fundos próprios o que comparava com um requisito de capital de solvência de 32 464 889 €.

Os rácios obtidos demonstram a solidez e solvabilidade da COSEC.

A Companhia continuará a desenvolver o seu trabalho por forma a manter um rácio de capital que permita o desenvolvimento da sua atividade, garantindo os direitos dos tomadores e beneficiários e proporcionando um retorno adequado aos seus acionistas.

1. Atividades

A COSEC—Companhia de Seguro de Créditos, S.A. (“COSEC” ou “Companhia”) foi constituída em 29 de dezembro de 1969, sendo o seu objeto estatutário o exercício das atividades de seguro direto no ramo de crédito, à exportação e no mercado interno, incluindo o seguro de créditos financeiros, de risco de câmbio e de investimento, e no ramo de caução e de resseguro, podendo ainda explorar outros ramos de seguro direto não vida e exercer atividades conexas ou complementares das de seguro e resseguro, designadamente a prestação de informações comerciais e a cobrança de créditos.

Está também compreendido nesse objeto a gestão, por conta e ordem do Estado português, dos seguros de crédito, caução e investimento com a garantia do Estado.

A COSEC exerce a sua atividade seguradora sob a supervisão da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões, com sede na Av. da República, 76, 1600-205 Lisboa.

A tutela da atividade de gestão dos seguros com garantia do Estado cabe aos Ministérios da Economia e das Finanças (estando delegada no Secretário de Estado Adjunto e das Finanças).

O revisor oficial de contas da COSEC foi, em 2016, a Deloitte & Associados SROC, S.A. (Representada por Paulo Antunes), com sede na Av. Eng.º Duarte Pacheco, 7, 1070-100 Lisboa.

O capital social da COSEC é de 7 500 000 €, inteiramente subscrito e realizado, representado por 1 500 000 ações nominativas, com o valor nominal de 5 € cada.

O capital social é detido em partes iguais (50%, correspondentes a 750 000 ações) pelo Banco BPI, SA, sociedade anónima, que tem como objeto social principal o exercício da atividade bancária, com capital social de 1 293 063 324,98 €, com sede na Rua Tenente Valentim, nº 284, no Porto, em Portugal, inscrita na Conservatória do Registo Comercial do Porto sob o número único de matrícula e identificação fiscal 501 214 534 e pela sociedade de direito belga Euler Hermes SA/NV, com capital social de 229 390 287,00 € e sede social na Avenue des Arts, número 56, em Bruxelas, Bélgica, inscrita na BanqueCarrefour des Entreprises sob o número 0403.248.596, que tem por objeto social principal o exercício de seguros, cosseguros e resseguros não vida.

A atividade da COSEC centrou-se essencialmente em Portugal e no ramo de Crédito. O ramo de Caução representou menos de 10% do volume de negócios total da COSEC. A atividade exercida fora de

Portugal, em regime de Livre Prestação de Serviços, representou em 2016 e em 2015, respetivamente, 4% e 2% do volume total das operações de Seguro Direto.

2. Desempenho da Subscrição

Em 2016, a atividade de seguro direto da Companhia atingiu um volume de prémios de 35,1 milhões de euros, o que representa uma redução de 3,4% face ao ano anterior. O ramo de seguro de créditos, o mais relevante para a atividade da COSEC, foi responsável por um volume de prémios de 32,9 milhões de euros.

	000 Euro		
Prémios de Seguro Direto	2016	2015	Var 16/17
Seguro de Créditos	32 861	34 060	-3,5%
Seguro Caução	2 217	2 251	-1,5%
TOTAL	35 078	36 310	-3,4%

A COSEC manteve, em 2016, o alargamento da sua carteira de clientes aos vários segmentos de empresas e setores de atividade.

A estratégia comercial desenvolvida em 2016 manteve-se centrada na criação e dinamização de ofertas de seguro de créditos com vista ao reforço da penetração do produto no mercado, sobretudo junto de PME que não trabalhavam com seguro de créditos, com vista a apoiar o desenvolvimento dos seus negócios, especialmente para os mercados externos.

No que diz respeito ao seguro caução, foi possível à COSEC reforçar a liderança no mercado, com uma quota de 51% no final de 2016, sendo a atividade desenvolvida através das modalidades de seguro caução para empreitadas e fornecimentos, cauções aduaneiras e diversos.

3. Desempenho dos Investimentos

O rendimento líquido de investimentos ascendeu em 2016 a 1,1 milhões de euros, o que representa uma quebra de 54% face ao rendimento de 2,4 milhões de euros registado em 2015, explicada essencialmente pela realização de maiores mais-valias em 2015. A redução dos rendimentos correntes decorreu da redução das *yields* e das taxas de juro de curto prazo, que se manteve em 2016.

A posição da carteira de investimentos e outros ativos a 31 de dezembro de 2016 e de 2015 encontra-se identificada de forma detalhada no ponto 4.2 das notas anexas às Demonstrações Financeiras incluídas no Relatório e Contas da COSEC para o exercício de 2016, publicado no “site” da COSEC, onde está acessível para consulta pública.

Os rendimentos de investimentos são reconhecidos contabilisticamente de acordo com o princípio da especialização dos exercícios. Assim, os rendimentos são reconhecidos em ganhos e perdas, em função do período a que respeitam independentemente do momento em que se efetuam os recebimentos.

O detalhe sobre os rendimentos de investimentos, ganhos e perdas, encontra-se espelhado nos pontos 25. e 26. das notas anexas às Demonstrações Financeiras incluídas no Relatório e Contas da COSEC para o exercício de 2016, publicado no “site” da COSEC, onde está acessível para consulta pública.

4. Desempenho de Outras Atividades

No ano de 2016, no âmbito da atividade da COSEC por conta e ordem do Estado Português destaca-se o oitavo ano consecutivo de vigência da “Linha de Seguro de Créditos à Exportação de Curto Prazo” que se destina a apoiar exportações de curto prazo, sobretudo de pequenas e médias empresas exportadoras para mercados de riscos não negociáveis, isto é, situados fora da União Europeia e dos países de alto rendimento da OCDE. Manteve-se o interesse pelas coberturas em Seguro Caução e concretizaram-se também operações de médio prazo.

A atividade da COSEC gerou ainda os rendimentos e gastos técnicos que se encontram descritos no ponto 29. das notas anexas às Demonstrações Financeiras incluídas no Relatório e Contas da COSEC para o exercício de 2016, publicado no “site” da COSEC, onde está acessível para consulta pública.

A rubrica “Proveitos Líquidos de RCGE” corresponde à remuneração da COSEC pela gestão das apólices cujo risco é assumido pelo Estado Português, especializada pelo período de vigência das apólices, líquida de custos.

5. Eventuais Informações Adicionais

A COSEC foi, a convite da União de Berna, responsável pela organização, nos dias 24 a 28 de outubro de 2016, da Assembleia Geral anual desta associação internacional das seguradoras de créditos à exportação, incluindo as que atuam na qualidade de agências de crédito à exportação, que reuniu 270 participantes de todo o mundo para discutir assuntos relacionados com os créditos à exportação, tendências, novos produtos, evolução de mercados, entre outros.

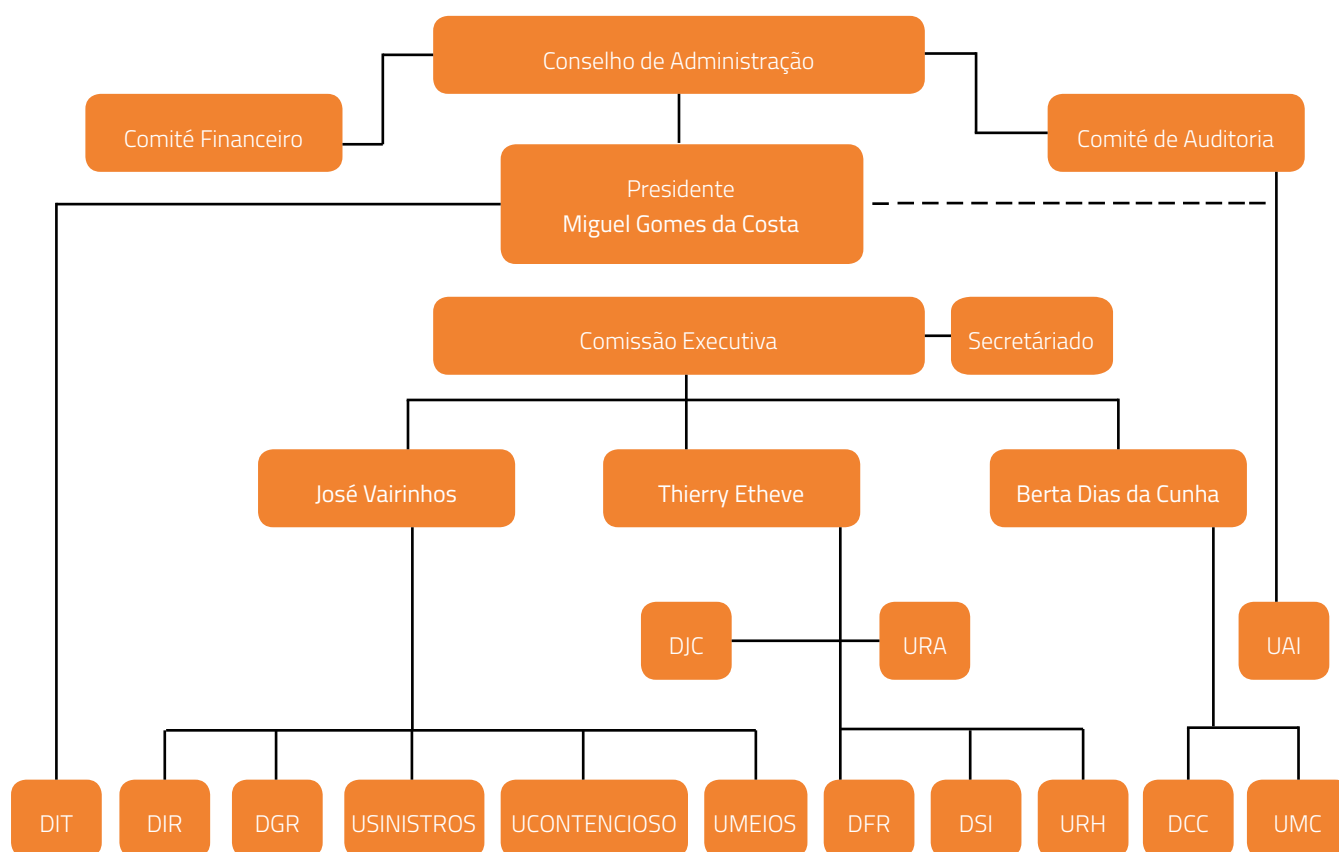
A COSEC integrou ainda, juntamente com a Direção Geral do Tesouro e Finanças (DGTF), a representação de Portugal nas reuniões internacionais dos Grupos de Crédito à Exportação do Conselho da União Europeia, da OCDE e do Grupo de Participantes no “Consensus” da OCDE e nos trabalhos desenvolvidos nos subgrupos técnicos, designadamente nas reuniões técnicas de peritos do Risco-País, de Prémios e de Ambiente.

8 1. Informações Gerais sobre o Sistema de Governança

A COSEC-Companhia de Seguro de Créditos, SA é uma sociedade anônima de seguros, especializada no Seguro de Crédito e Caução, que se encontra organizada, quanto à estrutura dos Órgãos de Administração e Fiscalização, segundo um modelo monista ou clássico, em que a administração está confiada a um Conselho de Administração e a fiscalização a um Conselho Fiscal e a um Revisor Oficial de Contas.

1.1. Estrutura Organizativa

Em termos organizativos a Companhia apresentava em 2016 uma estrutura alinhada com o modelo das três linhas de defesa, sendo a Comissão Executiva apoiada por um conjunto de direções e unidades orgânicas e ainda por uma comissão específica de gestão de risco, que teve como objetivo endereçar os diferentes temas relacionados com a gestão de risco da Companhia.



1.2. Conselho de Administração

O Conselho de Administração é o órgão máximo de tomada de decisão, com exceção das matérias reservadas pela lei ou pelos Estatutos à Assembleia Geral. Durante o ano de 2016, o Conselho de Administração foi composto por 6 membros, que incluem o Presidente do Conselho de Administração, dois Administradores Não Executivos e três Administradores Executivos, entre os quais o Presidente da Comissão Executiva.

Está delegada no Presidente do Conselho de Administração a representação da sociedade nas relações institucionais, bem como a gestão corrente da atividade que a sociedade desenvolve relativamente à gestão dos seguros de caução e de crédito por conta e ordem do Estado Português.

1.3. Comitês do Conselho de Administração

O Conselho de Administração institui comitês, estabelecidos para temas específicos, que têm como função acompanhar e monitorizar certos temas, suportando o processo de tomada de decisão do Conselho de Administração. A constituição e as atribuições dos comitês são definidas pelo Conselho de Administração e formalizadas em ata deste Conselho, sendo revistas de forma regular de acordo com a evolução e necessidades sentidas pelo Conselho de Administração.

Em 31 de dezembro de 2016 existiam dois comitês no Conselho de Administração: o Comité Financeiro e o Comité de Auditoria.

O Comité Financeiro tem como principais responsabilidades a aprovação e o acompanhamento da estratégia global de investimentos.

O Comité de Auditoria tem como principais responsabilidades acompanhar as contas da sociedade e aprovar e acompanhar a execução do Plano de Auditoria.

1.4. Comissão Executiva

A gestão corrente dos negócios da COSEC foi confiada à Comissão Executiva, composta por um Presidente e dois Vogais, que assegurou ainda a sua representação nos casos não reservados ao Presidente do Conselho de Administração.

A Comissão Executiva reúne periodicamente com os responsáveis pelos diversos departamentos da COSEC, em comissões, para apresentação e discussão de questões e preparação de deliberações da Comissão Executiva sobre matérias específicas.

1.5. Conselho Fiscal

A fiscalização da atividade da Companhia é realizada pelo Conselho Fiscal, composto por um Presidente e dois membros, e por um Revisor Oficial de Contas, cuja contratação é proposta pelo Conselho Fiscal. O Conselho Fiscal e o Revisor Oficial de Contas têm as competências e responsabilidades previstas na lei e nos estatutos da sociedade.

Em 2016, como já mencionado, o Revisor Oficial de Contas foi a Deloitte & Associados SROC, S.A. (Representada por Paulo Antunes).

1.6. Funções Chave

A COSEC tem instituídas as funções chave de Auditoria Interna, Gestão de Risco, Atuariado e *Compliance*. Os órgãos de administração asseguram que os responsáveis pelas funções chave têm o direito de comunicar com qualquer colaborador para obter informações necessárias ao exercício dessas funções.

Asseguram também que lhes é prestada informação sobre todas as alterações na atividade da sociedade e respetivo sistema de controlo interno que sejam relevantes para o exercício das respetivas funções.

▪ Auditoria Interna

A função de auditoria interna, criada em abril de 2008, desenvolve a sua atividade sob coordenação direta do Comité de Auditoria, com reporte ao Presidente do Conselho de Administração, cabendo-lhe assegurar o controlo e avaliação de desempenho do negócio e a correta execução dos controlos internos e dos procedimentos nas diversas áreas da sociedade, com o objetivo de salvaguardar a correta e adequada avaliação dos ativos e responsabilidades, a eficiência dos sistemas de gestão de risco e controlo interno e o cumprimento da legislação e demais regulamentação interna e externa em vigor aplicável.

A função de auditoria interna foi desempenhada em 2016 pelo responsável pela Unidade de Auditoria Interna.

▪ **Gestão de Risco**

Em 2016, a função de gestão de risco foi desempenhada pelo responsável pela área de gestão de risco e atuariado da Sociedade, que reporta diretamente, em termos hierárquicos e funcionais, ao Presidente da Comissão Executiva.

Cabe à função de gestão de risco dinamizar a implementação de um sistema de gestão de riscos eficaz, coordenando a identificação e avaliação dos riscos a que a Sociedade está exposta, acompanhando as medidas de mitigação de riscos adotadas, monitorizando o risco, incluindo a solvabilidade da Sociedade, a concentração e os limites de risco, e monitorizando a adequação das reservas legais da COSEC. A função de gestão de risco deve ainda promover a implementação de uma cultura de risco pela empresa.

▪ **Atuarial**

Cabe à função atuarial analisar a adequação do nível global das provisões técnicas da Sociedade, tendo em consideração a adequação das metodologias, modelos de base e pressupostos utilizados no respetivo cálculo, suficiência e qualidade dos dados utilizados naquele cálculo, e assegurar a monitorização dos valores provisionados.

Compete ainda à função atuarial analisar os resultados dos cálculos relativos à informação a prestar no âmbito do regime Solvência II e validar o nível de capital relativo ao risco específico de seguro, contribuindo para a eficácia do sistema de gestão de riscos, emitindo pareceres sobre a política global de subscrição e sobre a adequação dos acordos de resseguro.

Em 2016, a função atuarial foi desempenhada pelo responsável pela área de gestão de risco e atuariado da Sociedade, com reporte hierárquico e funcional ao Presidente da Comissão Executiva, tendo sido considerada, no exercício da função, a informação prestada nos relatórios do atuário responsável, emitidos no âmbito e para os efeitos do estabelecido na Norma 22/2002R.

▪ **Compliance**

A função de *compliance* foi desempenhada em 2016 pelo responsável pela área jurídica e de *compliance* da Sociedade, que reporta diretamente, em termos hierárquicos e funcionais, ao Presidente da Comissão Executiva.

Cabe à função de *compliance* zelar para que a COSEC e os seus colaboradores exerçam a sua atividade profissional com integridade e respeitando as regras profissionais, legais e

regulamentares aplicáveis à atividade seguradora em geral e à atividade seguradora nos ramos de crédito e caução em particular.

A função de *compliance* deverá assegurar que são conhecidas e comunicadas as regras aplicáveis e as questões relativas à *compliance*, acompanhando o cumprimento das normas e informando os órgãos de gestão e os empregados sobre as regras e os procedimentos de *compliance*.

1.7. Declaração sobre a Política de Remuneração dos Membros dos Órgãos Sociais, dos Diretores de 1.ª Linha e Responsáveis por Funções Chave

Enquadrada pela Política de Remunerações, aprovada em fevereiro de 2016 e confirmada pela Assembleia Geral da Sociedade em 31 de março de 2016, a estrutura de remuneração dos membros dos Órgãos Sociais e os critérios para atribuição de uma componente variável dos Membros Executivos do Conselho de Administração, Diretores de 1.ª Linha e Responsáveis por Funções Chave encontra-se descrita nos pontos 9. e 10. do Relatório e Contas da COSEC para o exercício de 2016, publicado no “site” da COSEC, onde está acessível para consulta pública.

A Política de Remunerações é revista anualmente pela Comissão Executiva do Conselho de Administração da COSEC.

1.8. Benefícios dos Empregados

De acordo com o regime previsto no anterior contrato coletivo de trabalho para o sector segurador, a COSEC teve, até 31 de dezembro de 2011, o compromisso de conceder aos seus empregados, cuja data de admissão na indústria seguradora tivesse ocorrido até 22 de junho de 1995, prestações pecuniárias para o complemento da reforma atribuída pela Segurança Social.

Para a cobertura das responsabilidades com serviços passados (benefícios pós-emprego), a COSEC efetuou dotações para um Fundo de Pensões aberto gerido pela BPI Vida e Pensões – Companhia de Seguros de Vida, S.A.

O valor do fundo de pensões correspondia ao justo valor dos seus ativos à data de balanço.

O fundo visava a cobertura das responsabilidades associadas às prestações complementares de velhice após os 65 anos de idade e as prestações complementares de invalidez desde o momento da invalidez até à idade de reforma.

No âmbito do novo CCT, o anterior plano de pensões de benefício definido foi substituído por um plano de contribuição definida, tendo o valor atual das responsabilidades por serviços passados com pensões de reforma em 31 de dezembro de 2011 sido convertido em contas individuais de cada participante. O atual plano de contribuição definida passou também a incluir, a partir do ano de 2012, os empregados do quadro efetivo da COSEC cuja data de admissão na indústria seguradora tenha ocorrido após 22 de junho de 1995, condicionada a um período de carência de dois anos nas admissões ocorridas após 1 de janeiro de 2010. Em conformidade com as regras previstas no novo CCT, existe uma garantia de capital sobre os montantes da transferência inicial e das contribuições efetuadas pela Companhia e pelos próprios beneficiários para as contas individuais de cada participante. Assim, no exercício de 2012, a Companhia transferiu o saldo das responsabilidades integralmente financiadas a 31 de dezembro de 2011 dos 56 participantes do fundo que aderiram ao novo CCT para os respetivos planos individuais de reforma.

Os dois colaboradores que não tinham aderido ao novo CCT em 2012 aderiram ao mesmo em 2014, tendo sido transferido o saldo das responsabilidades pelos serviços passados calculadas a 31/12/2013 para planos individuais de reforma.

1.9. Transações entre Entidades Relacionadas

Conforme as ligações existentes, em consequência de titularidade de partes de capital, a COSEC foi considerada nos exercícios de 2016 e 2015 uma empresa associada quer do Banco BPI, com sede em Portugal, quer da Euler Hermes SA, empresa não residente, com sede na Bélgica.

As Demonstrações Financeiras da COSEC são reconhecidas nas Demonstrações Financeiras do Banco BPI, e da Euler Hermes SA, através do método da Equivalência Patrimonial, correspondendo o valor da participação a uma percentagem do capital, reservas e resultados equivalente à percentagem da participação, direta ou indireta, destas entidades na COSEC.

Conforme a IAS 24, são consideradas entidades relacionadas, aquelas em que a Companhia, o Banco BPI e a Euler Hermes SA, (empresas participantes), exercem direta ou indiretamente, o controlo ou uma influência significativa sobre a sua gestão e política financeira, e ainda outras entidades do *Grupo BPI* e do *Grupo Euler Hermes*, Acionistas e Membros do Conselho de Administração da Companhia.

As transações com as entidades relacionadas são efetuadas conforme as condições de mercado vigentes nas respetivas datas ou em regime de reciprocidade.

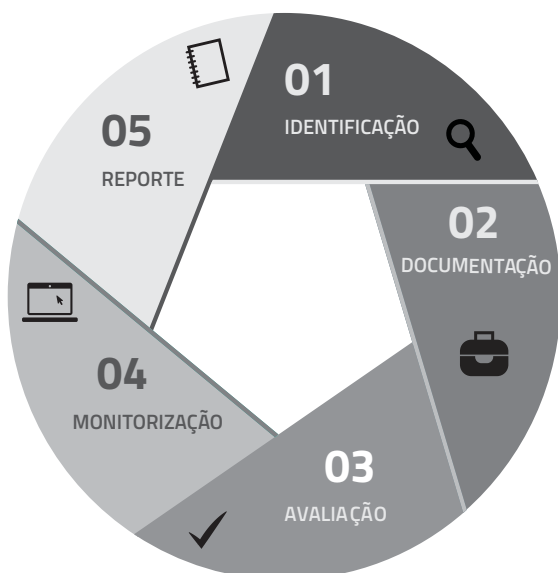
O detalhe das transações com entidades relacionadas, em 2016, encontra-se descrito no ponto 31 do Relatório de Gestão da COSEC, publicado no “site” da COSEC, onde está acessível para consulta pública.

2. Requisitos de Qualificação e Idoneidade

Como princípio, todas as pessoas que exercem atividade na COSEC realizam-na com base em princípios de qualificação e idoneidade. Não obstante o princípio geral e reconhecendo o papel que os colaboradores, nomeadamente, os que exercem funções essenciais, desempenham ao nível da gestão de risco, a Companhia desenvolveu, em 2015, uma política de qualificação e idoneidade aplicada a todas as pessoas que dirigem efetivamente a empresa ou nela são responsáveis por outras funções essenciais.

- 12 Pertencem a esta categoria os membros do Conselho de Administração e respetiva Comissão Executiva e do Conselho Fiscal, os Responsáveis pelas Funções Chave e por departamentos organizacionais, com reporte direto à Administração.

Em 30 de março de 2016, foi aprovada pela Assembleia Geral da COSEC, uma nova versão desta política, que assenta numa metodologia constituída por 5 etapas distintas:



Após serem estabelecidas as matrizes de competência e idoneidade para as funções identificadas anteriormente é recolhida informação que permita aferir o seu nível adequação:

- *Curriculum Vitae*;
- Registo Criminal;
- Declaração de Idoneidade.

Recolhida a documentação, proceder-se-á à avaliação e, se necessário, à elaboração de planos que visem a mitigação das insuficiências identificadas (p. e. planos de formação específicos). No caso de incumprimento de algum critério considerado crítico o tema deverá ser analisado com vista à tomada de decisão.

A avaliação dos requisitos de competência e idoneidade é efetuada previamente no caso das pessoas sujeitas a registo junto da Autoridade de Supervisão.

3. Sistema de Gestão de Riscos

A Companhia e a sua gestão compreendem que o risco é parte integrante do seu modelo de negócio, desempenhando para tal um papel determinante na geração de lucros mas também de perdas, havendo para tal que incutir em toda a organização uma forte cultura de gestão de risco e a existência de uma efetiva Gestão de Risco na Organização.

O Sistema de Gestão de Risco desenvolvido pela COSEC tem como objetivos principais:

- Criar uma cultura organizacional de gestão e orientação para o risco;
- Promover a implementação e a boa compreensão do Modelo de Risco definido para a COSEC;
- Suportar a execução da estratégia definida para o “Risco” de forma integrada na Organização;
- Identificar e/ ou rever de forma estruturada os Riscos que possam afetar os resultados da COSEC e o respetivo mecanismo de monitorização e alteração dos mesmos;
- Identificar e avaliar o “Risco Inerente”, ao nível da frequência e impacto, bem como a eficácia da mitigação dos riscos com base em “melhores práticas”;
- Estabelecer Ações de Mitigação que permitam reduzir o “Risco Residual” para níveis considerados “aceitáveis” de acordo com a “tolerância” definida para a COSEC;
- Gerir as Ações de Mitigação tendo em conta o alcance dos objetivos de mitigação definidos, investimento necessário e horizonte temporal – filosofia de “gestão por projetos”;
- Assegurar a implementação de mecanismos de controlo que assegurem a correta implementação do Sistema de Gestão de Risco
- Criar um mecanismo de comunicação entre as diferentes estruturas Organizacionais da COSEC;
- Ajustar de forma dinâmica, e sem prejuízo da estratégia de desenvolvimento definida para a COSEC, o Modelo de Gestão de Risco de forma a dar resposta às exigências da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF).

A disseminação do Sistema de Gestão de Risco por toda a organização é realizada através do desenvolvimento e implementação das políticas de risco abrangendo estas os principais processos e riscos da Companhia.

O Sistema de Gestão de Risco da COSEC está sustentado num processo que permite:

1. Estabelecer a estratégia de risco;
2. Identificar Riscos relevantes para a COSEC;
3. Avaliar o Risco Inerente antes de Ações de Mitigação;
4. Identificar e avaliar a eficácia de Ações de Mitigação;
5. Alcançar o Risco Residual aceitável pela Administração e 1^{as} Linhas.

Esta visão, assente nos objetivos acima descritos, permite agir sobre os riscos a que a Companhia se encontra sujeita de uma maneira objetiva e determinada, promovendo um processo de adequação de tomada de decisão, fundamentando e assegurando um equilíbrio entre o risco e o retorno, levando a uma gestão segura e consistente, transmitindo deste modo às unidades da COSEC e seus acionistas uma perspetiva de exigência e confiança.

A função de gestão de risco é desempenhada pelo Responsável pela área de Gestão de Risco e Atuariado da Sociedade, que reporta diretamente, em termos hierárquicos e funcionais, ao Presidente da Comissão Executiva, como se indica em B.1.6.

Os principais temas da gestão de risco são acompanhados em Comissão de Gestão de Risco, composta pelos membros da Comissão Executiva e os Responsáveis pelas Funções Chave.

Os Sistemas de Gestão de Risco e de Controlo Interno implementados na COSEC incluem uma avaliação da adequação do sistema de governação e têm em conta a dimensão da Empresa, a sua implantação geográfica e o facto de serem explorados apenas seguros de dois ramos (Seguro de Créditos e Seguro Caução), sem diversidade de produtos e sem descentralização dos processos de decisão.

3.1. Autoavaliação do Risco e da Solvência (ORSA)

Finalizada a fase de transição para adoção do regime de Solvência II a COSEC realizou, no final de 2016, o seu primeiro exercício de Autoavaliação do Risco e da Solvência tendo por base a estratégia definida pela Comissão Executiva para o triénio 2017 a 2019.

Este exercício teve como objetivo avaliar a adequação da estratégia estabelecida às necessidades de capital da Companhia e iniciar a análise da aderência da fórmula padrão ao caso específico da Companhia.

Em termos metodológicos, a Companhia aplicou um processo assente na fórmula padrão e em *risk drivers*, complementados por *stress tests* estabelecidos com base nos principais riscos atuais e emergentes identificados pela Companhia e não captados, ou insuficientemente captados, pela fórmula padrão.

Os resultados revelam a robustez dos capitais da Companhia para fazer face aos riscos provenientes da estratégia estabelecida, não sendo de esperar necessidades adicionais de capital durante os próximos anos.

Por fim e ao nível da governação, o exercício contou com o envolvimento da Comissão Executiva do Conselho de Administração, que se traduziu não apenas na componente estratégica, mas também no acompanhamento das metodologias e dos resultados obtidos.

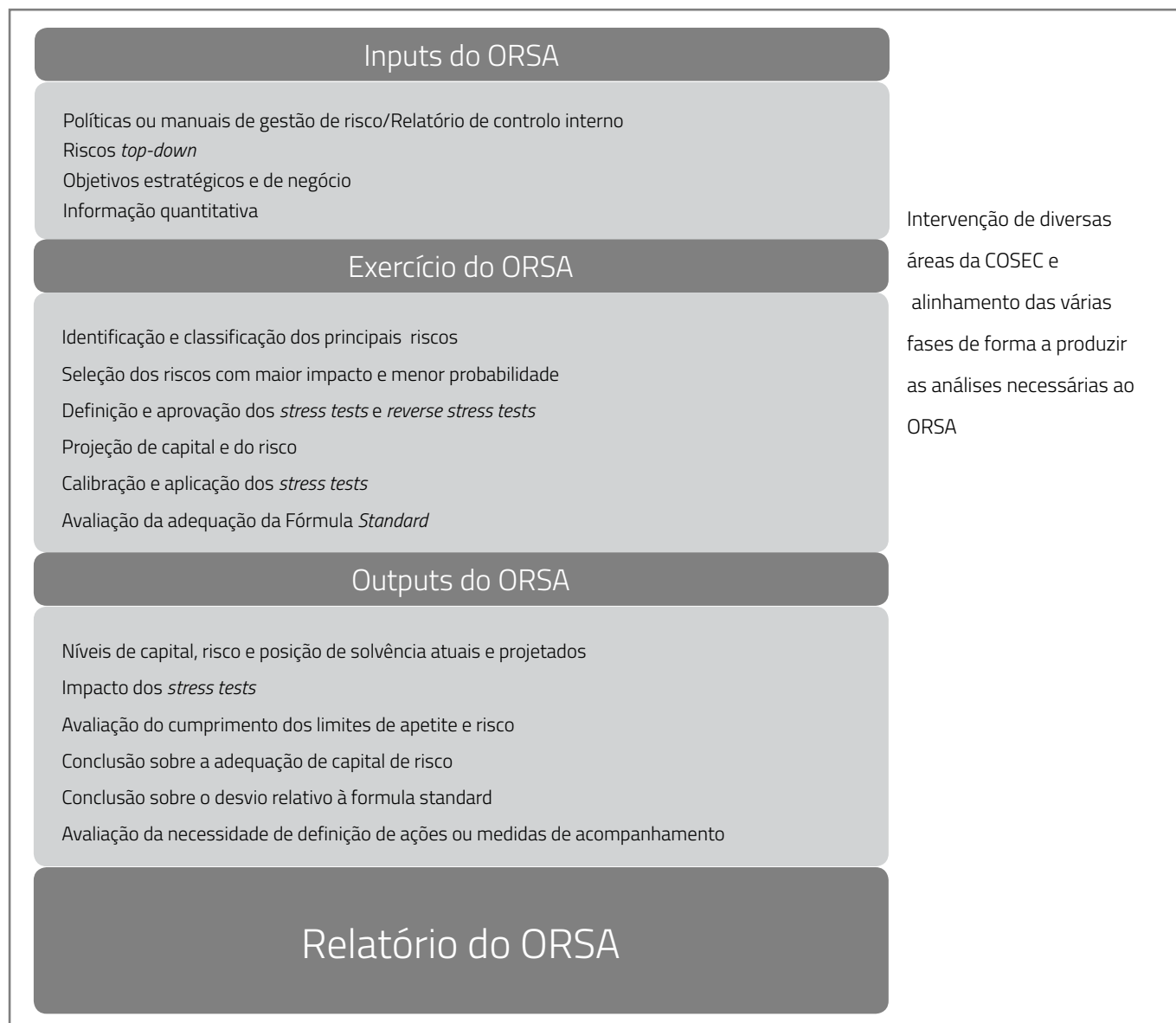
- Política de ORSA

O exercício de Autoavaliação de Risco e Solvência foi efetuado em conformidade com os princípios consagrados na Política de ORSA, em vigor desde 2016, tendo como principais objetivos:

- Definir os princípios gerais a adotar no exercício de autoavaliação do risco e da solvência;
- Definir um processo de ORSA que permita o desenvolvimento e adoção de uma metodologia adequada;
- Definir a estrutura do relatório ORSA a submeter internamente e ao regulador;
- Estabelecer os mecanismos de governo e reporte associados ao exercício e à política de ORSA.

- Metodologia e Processo

Para realizar a autoavaliação do risco e da solvência, a Companhia definiu um processo constituído por quatro fases distintas, que estabelece a ordem pela qual as várias atividades devem ser executadas, garantindo que todas as análises necessárias ao processo são preparadas e realizadas.



De acordo com o Artigo 73º da Lei 147/2015 e com as orientações sobre a autoavaliação prospetiva de riscos (baseada nos princípios do ORSA), mais concretamente a Orientação 14–Frequência, o Exercício de ORSA deve ser realizado com uma periodicidade mínima anual, sem prejuízo da realização de um ORSA Não Regular, fora da calendarização prevista para o processo usual, de acordo com os seguintes *triggers*:

- Alterações significativas na regulamentação em vigor;
- Alterações significativas no enquadramento interno e externo, com impactos ao nível do negócio;
- Alterações materiais no perfil de risco;
- Alterações significativas na carteira e perfil de responsabilidades;
- Alterações relevantes ao nível da estrutura organizacional;
- Desvios significativos nos limites de apetite ao risco definidos internamente.

4. Controlo Interno

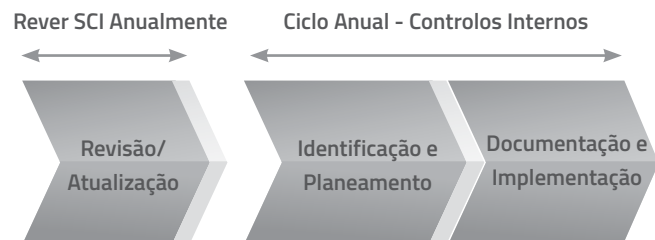
O Sistema de Controlo Interno (SCI) da COSEC mantém-se assente nos seguintes pressupostos:

- Formalização dos controlos relativos a ações de mitigação identificados no decurso da aplicação da metodologia definida para o Sistema de Gestão de Risco da COSEC;
- Monitorização do sistema através da Auditoria Interna;
- Desenvolvimento e melhoria do sistema a partir das recomendações das Auditorias Interna e Externa.

O SCI da COSEC compreende dois processos distintos:

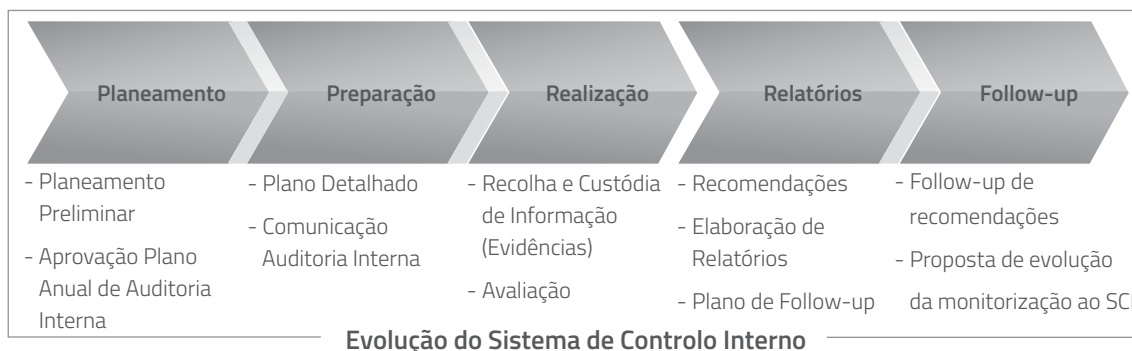
- Gestão do Sistema de Controlo Interno
- Monitorização do Sistema de Controlo Interno

O processo de Gestão do SCI da COSEC compreende as atividades a realizar pela própria organização e encontra-se suportado em três etapas:



Assim, este processo está segmentado em duas fases distintas: uma primeira fase de revisão/Atualização do SCI-políticas, conceitos e documentação de suporte-e uma segunda fase relativa às duas etapas da implementação do próprio SCI com um ciclo anual.

O processo de Monitorização do Sistema de Controlo Interno é realizado pela Auditoria Interna e é constituído por 5 etapas: Planeamento, Preparação, Realização, Relatórios e *Follow-up*, conforme figura abaixo:



A revisão global do SCI e respetivo ajuste metodológico devem ser supervisionados e aprovados pela Comissão Executiva do Conselho de Administração, com o suporte das 1^{as} Linhas, e das funções de verificação da conformidade (Direção Jurídica e *Compliance*) e gestão de risco (Unidade de Risco e Atuariado), integrando melhorias que se tenham identificado.

A COSEC definiu uma função de *compliance*, ou de verificação da conformidade, com reporte direto em termos hierárquicos e funcionais, ao Presidente da Comissão Executiva, como se indica em B.1.6.

Consideradas as características da atividade da COSEC e a análise dos riscos legal e de *compliance*, e de acordo com a Política de *Compliance* em vigor, a função de *compliance* tem em conta, de forma especial, os seguintes temas:

- Luta contra a corrupção;
- Prevenção do branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo;
- Sanções económicas;
- Código de Conduta e conflitos de interesses;
- Prevenção e mitigação da fraude interna;
- Prevenção e mitigação da fraude externa;
- Concorrência;
- Acompanhamento da legislação e regulamentação aplicável à atividade da COSEC, em especial a relativa à implementação do regime Solvência II, estando acompanhamento do enquadramento legal e regulamentar relativo a questões laborais e a questões fiscais cometido em primeira instância às áreas de recursos humanos e financeira;
- *Compliance* nos processos de vendas.

16 A função de *compliance* elabora um Plano de Ação Anual, que tem em conta a avaliação do risco de *compliance*, consideradas as diversas áreas da COSEC e emite relatórios trimestrais.

Os principais temas de *compliance* são acompanhados em Comissão de Gestão de Risco.

5. Função de Auditoria Interna

A função de auditoria interna, independente, é enquadrada pela Política de Auditoria Interna, aprovada pelo Conselho de Administração tendo em conta, designadamente, o disposto no artigo 75º do RIASR.

A função de auditoria interna é desempenhada por um colaborador que, quer hierarquicamente, quer em termos organizacionais, se encontra separado das atividades operacionais que controla. O auditor interno exerce a sua função com reporte funcional e hierárquico direto ao Presidente do Conselho de Administração e ao Comité de Auditoria do Conselho de Administração. O exercício da função de auditoria é acompanhado nas reuniões mensais do Presidente do Conselho de Administração com a Comissão Executiva.

O Plano de Auditoria é aprovado pelo Comité de Auditoria do Conselho de Administração, que acompanha a respetiva execução, tomando conhecimento dos resultados das auditorias efetuadas, depois de validados pelos responsáveis pelas áreas auditadas e pela Comissão Executiva.

Cabe à função de auditoria interna a monitorização do Sistema de Controlo Interno da COSEC.

Esta monitorização é efetuada através da definição e da revisão anual do universo de auditorias, com base numa abordagem baseada no risco, que é classificado de forma estruturada para efeitos de auditoria em relação a cada área identificada.

6. Função Atuarial

A Sociedade definiu e está a implementar uma função atuarial apropriada à atividade que desenvolve, tendo como referência o disposto no artigo 76º do RIASR e no artigo 272º do Regulamento Delegado (UE) 2015/35 de 10 de outubro.

Em 2016, a função atuarial foi desempenhada pelo Responsável pela Área de Gestão de Risco e Atuariado da Sociedade, com reporte hierárquico e funcional ao Presidente da Comissão Executiva, tendo sido considerada, no exercício da função, a informação prestada nos relatórios do Atuário Responsável, emitidos no âmbito e para os efeitos do estabelecido na Norma 22/2002R.

7. Subcontratação

A COSEC entende por subcontratação o acordo entre a COSEC e um prestador de serviços, quer se trate de entidade supervisionada ou não, nos termos do qual o prestador realiza, diretamente ou através de nova subcontratação, um processo, um serviço ou uma atividade crítica ou importante que, de outra forma, seria desempenhada pela própria COSEC.

Tendo em consideração o disposto no artigo 78º do RIASR e no artigo 274º do Regulamento Delegado (UE) 2015/35 da Comissão, a COSEC aprovou uma Política de Subcontratação, aprovada pela Comissão Executiva em 10 de novembro de 2016, cuja implementação ocorrerá ao longo do ano de 2017.

De acordo com a Política em vigor, a subcontratação é sempre aprovada pela Comissão Executiva, estando a subcontratação de funções chave sujeita a autorização prévia da ASF e a subcontratação de funções ou atividades fundamentais ou importantes a informação prévia a esta entidade.

A COSEC identificou os principais riscos a que se encontra exposta, que são avaliados periodicamente, quer em termos de riscos inerentes, quer em termos de riscos residuais, de acordo com o definido nos Sistemas de Gestão de Riscos e Controlo Interno.

Estes riscos podem ser avaliados enquanto associados aos processos de negócio ou ao nível global, quando adequado.

1. Risco Específico de Seguro

A Gestão do Risco Específico de Seguro tem como objetivo a minimização dos níveis de sinistralidade, decorrente dos riscos assumidos em apólices de Seguro de Crédito e de Seguro Caução e o adequado provisionamento das responsabilidades subscritas.

A COSEC manteve, em 2016, o modelo de Gestão deste Risco aplicado nos exercícios anteriores, que se desenvolve segundo três componentes:

- Na Área Comercial, na contratação de novas apólices e na renovação e acompanhamento da carteira de apólices;
- Na Área de Gestão de Risco, na subscrição do risco, seu acompanhamento e monitorização, até à extinção das responsabilidades assumidas em cada apólice;
- Na Área de Gestão de Sinistros, na recuperação dos créditos em incumprimento e na gestão dos sinistros.

A Subscrição do Risco-Comercial

Ao nível da atuação da área Comercial, no seguro de Crédito, a subscrição do risco passa por uma análise prévia da qualidade do futuro Tomador/Segurado, ao nível do seu *rating*, bem como uma avaliação do perfil de sinistralidade da carteira de clientes do mesmo.

Na renovação das apólices, existem procedimentos de avaliação da sua rentabilidade e de aperfeiçoamento de automatismos de renovação.

Relativamente ao Seguro Caução, a contratação de apólices inclui a análise e enquadramento prévio dos tomadores de seguros e das operações com vista à subscrição ou recusa.

A Subscrição do Risco – Análise e Gestão do Risco

No que se refere à Área de Gestão do Risco, a sua atividade engloba a análise e gestão do risco no mercado interno, quer a nível do plafonamento de entidades, quer para decisão de pedidos de garantia, de forma automática ou casuística, a partir dos dados existentes na base de dados da COSEC.

No que respeita ao mercado externo, a COSEC sustenta as suas decisões de subscrição e acompanhamento do risco em acordos de prestação de serviços celebrados para o efeito com as congéneres do *Grupo Euler Hermes* estabelecidas localmente.

Relativamente ao Seguro Caução, a subscrição do risco assenta na fixação de um *plafond* por entidade risco/grupo, após análise casuística efetuada pelos analistas de risco.

A COSEC dispõe de um sistema de acompanhamento e monitorização do risco baseado em parâmetros de alertas, que se encontra integrado no seu Sistema de Informação. O referido sistema tem como objetivo a deteção de informação considerada negativa, a partir da qual se produz um registo de alerta ("vigilância ativa") na base de dados da COSEC e intervenção de analistas de risco.

Paralelamente a este sistema, a COSEC efetua um acompanhamento dos seus riscos por classe de *rating*, de acordo com modelo desenvolvido internamente.

Resseguro

De forma a mitigar o risco específico de seguro, a COSEC subscreveu para 2016 Tratados de Resseguro proporcionais–Tratado de Quota -parte de Crédito e Tratado de Quota-parte Variável de Caução–e um Tratado de Excedente de Sinistros, para cobertura dos riscos extraordinários, no ramo de Crédito.

A negociação destes Tratados é efetuada centralmente pelo *Grupo Euler Hermes*, sendo estes Tratados colocados integralmente na Euler Hermes Re, que procede posteriormente à sua retrocessão a resseguradoras, sendo mais de 90% das responsabilidades colocadas em resseguradoras que apresentavam um *rating* igual ou superior a AA-, a 31/12/2016.

18 A Recuperação dos Créditos em Incumprimento e a Gestão dos Sinistros

A COSEC desenvolve diligências de cobrança a partir do momento em que lhe é comunicado o incumprimento dos créditos seguros. Recorre, para esse efeito, a uma rede de colaboradores externos, a advogados e agências de cobranças, em Portugal e nos países em que se localizam as entidades devedoras, beneficiando, aqui, também da possibilidade de aceder aos serviços de cobrança disponibilizados pelo *Grupo Euler Hermes*, no âmbito dos acordos de prestação de serviços celebrados.

Na gestão dos sinistros inclui-se a definição de regras visando a adequada provisão das responsabilidades, tendo em conta as especificidades dos riscos de crédito e de caução, e o cumprimento das condições estabelecidas para o pagamento das indemnizações dentro dos prazos estabelecidos para o efeito.

2. Risco de Mercado

O Risco de Mercado é endereçado pela Política de Investimentos, que define como objetivo obter um *portfolio* de investimentos conservador e diversificado, quer por tipo de ativos (embora seja dada uma preferência clara à classe de Obrigações), quer por emitente e que é definida e controlada pelo Comité Financeiro do Conselho de Administração.

Em 2016 o acompanhamento do cumprimento da Política de Investimentos e da evolução da performance da gestão da carteira foi efetuado mensalmente, ao nível da Direção Financeira e Resseguro, e trimestralmente, ao nível do Comité Financeiro.

O "*Value at Risk*" (VaR) de Mercado foi acompanhado mensalmente pelo Gestor da Carteira.

Princípio do Gestor Prudente

O Princípio do Gestor Prudente é aplicado na COSEC, através da conformidade com as diretivas e restrições relativas a investimentos determinadas pelas autoridades reguladoras, nomeadamente, a ASF.

À data do presente relatório, todos os limites e regras constantes em Normas Regulamentares eram já aplicados sendo demonstradas na política de investimentos.

A Política de Investimentos da COSEC cobre os riscos de mercado (incluindo os capitais próprios, taxa de juro e riscos cambiais), riscos de crédito em investimentos e riscos de liquidez.

A estratégia global de investimentos da COSEC é definida de forma a permitir uma gestão precisa e prudente de ativos e passivos e garantir um fluxo regular de rendimento a médio prazo com um risco mínimo.

O detalhe dos instrumentos financeiros por tipo de exposição ao risco de taxa de juro encontra-se descrito nos pontos 33.1 e 33.3.1 das notas anexas às demonstrações financeiras incluídas no Relatório e Contas da COSEC para o exercício de 2016, publicado no "site" da COSEC, onde está acessível para consulta pública.

3. Risco de Crédito

O Risco de Crédito da Carteira de Investimentos manteve-se balizado pela Política de Investimentos, definida pelo Comité Financeiro, e foi acompanhado mensalmente, ao nível da Direção Financeira, e trimestralmente, ao nível do Comité Financeiro, de acordo com o *rating* do emitente das obrigações em carteira.

A 31 de dezembro de 2016 e de 2015, o *rating* médio da Carteira de Investimentos era de "BBB". O *Value at Risk* (VaR) de Crédito foi acompanhado mensalmente pelo Gestor da Carteira.

Ao nível do Resseguro, os tratados da COSEC são cedidos a 100% à Euler Hermes Re, do *Grupo Euler Hermes*, com *rating* de "AA-" a 31 de dezembro de 2016.

4. Risco de Liquidez

A 31 de dezembro de 2016, a COSEC apresentava cerca de 18% da sua carteira de investimentos investida em “Caixa e equivalentes” e “Depósitos a prazo” e 60% investidos em “Obrigações”, na sua totalidade cotadas em mercados da UE.

A 31 de dezembro de 2015, a COSEC apresentava cerca de 19% da sua carteira de investimentos investida em “Caixa e equivalentes” e “Depósitos a prazo” e 59% investidos em “Obrigações”, na sua totalidade cotadas em mercados da UE.

O risco de liquidez é aferido trimestralmente com recurso a análises de *cash-flows* ao nível do Comité Financeiro.

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, os *cash-flows* previsionais (não descontados) dos instrumentos financeiros, segundo a sua maturidade contratual, apresentavam a seguinte distribuição:

Valores em euros

	2016									
	Até 1 mês	Até 3 meses	De 3 a 6 meses	De 6 meses a 1 ano	Entre 1 e 3 anos	Entre 3 e 5 anos	Entre 5 e 10 anos	Entre 10 e 20 anos	Indeterminado	Total
Ativo										
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	6 965 604	0	0	0	0	0	0	0	0	6 965 604
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Ativos disponíveis para venda	119 875	1 254 987	791 263	3 499 222	17 680 792	16 959 752	13 690 038	0	5 153 801	59 149 730
Empréstimos e contas a receber	0	0	3 003 679	6 002 480	0	0	0	0	27 218	9 033 377
TOTAL	7 085 479	1 254 987	3 794 942	9 501 702	17 680 792	16 959 752	13 690 038	0	5 181 019	75 148 711
Passivo										
Depósitos recebidos de resseguradores	0	0	0	0	0	0	0	0	178 722	178.722
TOTAL	0	0	0	0	0	0	0	0	178 722	178 722

	2015									
	Até 1 mês	Até 3 meses	De 3 a 6 meses	De 6 meses a 1 ano	Entre 1 e 3 anos	Entre 3 e 5 anos	Entre 5 e 10 anos	Entre 10 e 20 anos	Indeterminado	Total
Ativo										
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	964 091	0	0	0	0	0	0	0	0	964 091
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Ativos disponíveis para venda	1 779 000	6 566 144	721 021	6 269 976	13 672 525	9 899 998	12 906 338	0	4 407 159	56 222 161
Empréstimos e contas a receber	4 202 453	4 615 304	6 270 083	0	0	0	0	0	31 782	15 119 623
TOTAL	6 945 544	11 181 449	6 991 104	6 269 976	13 672 525	9 899 998	12 906 338	0	4 438 941	72 305 875
Passivo										
Depósitos recebidos de resseguradores	0	0	0	0	0	0	0	0	204 447	204 447
TOTAL	0	0	0	0	0	0	0	0	204 447	204 447

Os saldos apresentados nos quadros não são comparáveis com os saldos contabilísticos, dado incluírem fluxos de caixa projetados e não se encontrarem descontados.

O apuramento dos *cash-flows* previsionais dos instrumentos financeiros foi determinado por forma a cumprir os requisitos de divulgação aplicáveis. Os principais pressupostos que foram utilizados no apuramento dos fluxos previsionais, encontram-se descritos no ponto 33.3.3 das notas anexas às Demonstrações Financeiras incluídas no Relatório e Contas da COSEC para o exercício de 2016, publicado no "site" da COSEC, onde está acessível para consulta pública.

5. Risco Operacional

A COSEC dispõe de diversos mecanismos de controlo do risco operacional, entre outros:

- 1. Instruções de Serviço**—Formalizam a regulamentação interna e incluem a Delegação de Competências
- 2. Seguros**—Mantém uma gama alargada de seguros de pessoas, bens e responsabilidade civil que cobre totalmente as exigências legais a que está sujeita.
- 3. Plano de Emergência**—Composto por um plano de prevenção,

atuação e evacuação.

- 4. Acesso Físico às Instalações**—Regulado por Instrução de Serviço com sistema de deteção de intrusão e com videovigilância das instalações.
- 5. Acesso aos Sistemas de Informação**—Procedimentos escritos que regulam a criação e manutenção de utilizadores e "*passwords*" de acesso às aplicações/sistemas informáticos.
- 6. Sistema de Backups**—De forma a fazer face à interrupção da atividade e a falhas nos sistemas, a COSEC dispõe de um sistema de *backups*, diários e semanais, devidamente documentado. Os *backups* diários são postos à guarda do fornecedor da infraestrutura alternativa na localização prevista no Plano de Continuidade de Negócio.
- 7. Registo de ocorrências**—Em 2016, a COSEC manteve um sistema de registo, classificação e acompanhamento de ocorrências, no âmbito do Sistema de Gestão de Riscos e Controlo Interno em vigor na Companhia.
- 8. Plano de Continuidade de Negócio**—Contém instalações e equipamentos alternativos em sistema de "*cold site*", que asseguram a operacionalidade em caso de falha grave nos sistemas informáticos ou interdição da utilização da sede.
- 9. Política Antifraude**—O enquadramento desta Política foi objeto de revisão e atualização em 2015.

1. Avaliação de Ativos

21

IFRS/SII (euros)	Contas Estatutárias	Anulação	Reavaliação de investimentos e Outros Ativos/Passivos	Reavaliação de Provisões Técnicas	SII
Goodwill	0				
Custos de Aquisição Diferidos	94 679	-94 679			
Ativos intangíveis	861 398	-861 398			
Ativos por impostos diferidos	2 508 281		-2 508 281		0
Excedente de prestações de pensão	262 757				262 757
Imóveis, instalações e equipamento para uso próprio	6 051 362				6 051 362
Investimentos (que não ativos detidos no quadro de contratos ligados a índices e a unidades de participação)	75 571 574				75 571 574
Imóveis (que não para uso próprio)	8 160 000				8 160 000
Interesses em empresas relacionadas, incluindo participações	0				0
Títulos de fundos próprios	2 100				2 100
Obrigações	53 248 795				53 248 795
Organismos de investimento coletivo	5 151 701				5 151 701
Derivados	0				0
Depósitos que não equivalentes a numerário	9 006 159				9 006 159
Outros investimento	2 819				2 819
Ativos detidos no quadro de contratos ligados a índices e a unidades de participação	0				0
Empréstimos e hipotecas	0				0
Montantes recuperáveis de contratos de resseguro	8 635 784			-5 159 879	3 475 905
Depósitos em cedentes	27 218				27 218
Valores a receber de operações de seguro e mediadores	2 195 826				2 195 826
Valores a receber a título de operações de resseguro	25 869				25 869
Valores a receber (de operações comerciais, não de seguro)	994 473				994 473
Ações próprias (detidas diretamente)	0				0
Montantes devidos a título de elementos dos fundos próprios ou dos fundos iniciais mobilizados mas ainda não realizados	0				0
Caixa e equivalentes de caixa	6 965 604				6 965 604
Quaisquer outros ativos, não incluídos noutros elementos do balanço	2 706 468				2 706 468
TOTAL	106 901 294	-956 077	-2 508 281	-5 159 879	98 277 057

22 1.1. Ativos intangíveis e Custos de Aquisição Diferidos

Os Ativos Intangíveis são ativos não-monetários identificáveis sem substância física. Um ativo é considerado identificável se puder ser vendido ou transferido separadamente, ou se origina de direitos contratuais ou outros direitos legais.

Os custos de aquisição diferidos consistem na parte atribuível a exercícios futuros das taxas pagas a intermediários e custos internos de aquisição, como decorrentes da repartição das despesas por finalidade pretendida e despendida no ano em curso.

Para efeitos de Solvência II os valores foram considerados a zero.

1.2. Investimentos

Os Ativos Financeiros da COSEC são todos valorizados ao justo valor, não havendo ajustamentos a realizar de IFRS para SII.

Em termos de Solvência II não foi realizada uma análise de *look-through* dos fundos em carteira por falta de informação disponível para o efeito. A ausência desta informação levou a que a Companhia tivesse assumido um cenário mais gravoso, considerando estes fundos como *equity* tipo II.

O processo de valorização dos investimentos da COSEC, assim como a sua monitorização encontram-se descritos no ponto 2.2.1.4 das notas anexas às Demonstrações Financeiras incluídas no Relatório e Contas da COSEC para o exercício de 2016, publicado no “site” da COSEC, onde está acessível para consulta pública.

1.3. Terrenos e Edifícios

Os imóveis da COSEC são avaliados com uma periodicidade mínima anual, no caso dos Imóveis de Rendimento, ou trianual, no caso dos Imóveis de Uso Próprio, pelo seu valor de mercado, sendo utilizados o método de Comparação de Mercado, do Rendimento e do Rendimento Discounted *cash-flow*.

Uma explicação mais detalhada de cada uma das metodologias encontra-se descrita no ponto 5. das notas anexas às Demonstrações Financeiras incluídas no Relatório e Contas da COSEC para o exercício de 2016, publicado no “site” da COSEC, onde está acessível para consulta pública.

1.4. Caixa e Equivalentes e Depósitos à Ordem

No Balanço Económico, caixa e equivalentes de caixa são contabilizados pelo justo valor.

Caixa compreende o dinheiro em caixa e depósitos à ordem. Os equivalentes de caixa consistem em instrumentos financeiros de curto prazo, de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, e que carregam um risco insignificante de alterações de valor.

Na prática, dada a natureza de curto prazo desses instrumentos, o justo valor e o custo amortizado são geralmente considerados similares.

Não existe reavaliação entre o Balanço IFRS e o Balanço Económico.

Para a elaboração do mapa de Fluxos de Caixa, a Companhia considera como “Caixa e seus equivalentes” o total da rubrica “Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem”.

1.5. Ativos por Impostos Diferidos

Os Impostos Diferidos correspondem ao impacto no imposto a recuperar em períodos futuros resultante de diferenças temporárias dedutíveis ou tributáveis entre o valor de balanço dos ativos e passivos e a sua base fiscal, utilizada na determinação do lucro tributável.

Os impostos diferidos ativos são reconhecidos até ao montante em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros que permitam a utilização das correspondentes diferenças tributárias dedutíveis ou de reporte de prejuízos fiscais. Adicionalmente, não são registados impostos diferidos ativos nos casos em que a sua recuperabilidade possa ser questionável devido a outras situações, incluindo questões de interpretação da legislação fiscal em vigor.

A COSEC não reconheceu ativos por impostos diferidos para efeitos de Solvência por não ter sido possível determinar a sua recuperabilidade.

2. Provisões Técnicas

2.1. Valor das Provisões Técnicas

O presente capítulo apresenta o valor das Provisões Técnicas da Companhia calculadas com base em princípios económicos, que teve por base a utilização de métodos estatísticos e atuariais devidamente consolidados. Os pressupostos utilizados foram definidos da forma que se julgou mais adequada à realidade da Companhia e do mercado, à data do cálculo.

A atividade da COSEC centra-se essencialmente em Portugal no ramo de Crédito. O ramo de Caução representa menos de 10% do volume de negócios total da COSEC. A atividade exercida fora de Portugal, em regime de Livre Prestação de Serviços, representa cerca de 4% do volume total das operações de Seguro Direto.

2.1.1. Valor das Provisões Técnicas de Seguro Direto

Contas Estatutárias (euros)	Contas Estatutárias	Reavaliação das Provisões Técnicas	SII
Provisões Técnicas	23 740 946	-9 865 515	13 875 431
Melhor Estimativa	-	-	11 422 309
Margem de Risco	-	-	2 453 121

O valor das Provisões Técnicas no âmbito de Solvência I inclui além das provisões para sinistros, provisões para participação nos resultados e provisões para prémios não adquiridos.

O valor das Provisões técnicas no âmbito do Solvência II é a soma da Melhor Estimativa (ME) das Provisões e da Margem de Risco (MR).

A ME representa a estimativa mais precisa de compromissos para com os tomadores.

A ME é calculada:

- De forma consistente com a informação de mercado disponível na data de avaliação;
- Com base em uma abordagem objetiva e confiável;
- Em conformidade com o quadro regulamentar em vigor localmente.

A ME bruta de resseguro é calculada como o valor presente dos

fluxos de caixa futuros ponderados, com base na sua probabilidade, decorrentes de pagamentos aos segurados e dos custos de gestão incorridos na administração desses pagamentos até ao seu vencimento, e deduzindo os prémios a receber ao abrigo de contratos em carteira.

A MR é o valor da provisão para além da melhor estimativa, calculada de tal modo que o montante total das provisões mostrado no balanço corresponde ao que seria necessário para uma entidade honrar as obrigações da seguradora. A MR é calculada diretamente líquida de resseguro.

Provisões	Balanço 2016	Melhor Estimativa
Sinistros	21 039 837	15 312 530
Prémios	1 788 646	-3 890 221
TOTAL	22 828 483	11 422 309

Comparativamente às provisões de Balanço de 2016 constatamos que as provisões económicas são inferiores. Para tal contribui, por um lado, a diminuição das provisões para prémios quando calculadas do ponto de vista económico, dada a particularidade do Seguro Caução apresentar prémios futuros significativos com um rácio combinado de 72%, tornando inclusivamente esta provisão negativa e, por outro lado, o facto da provisão para sinistros de Balanço ter implícito um excedente no nível de provisionamento, o que já não acontece aquando do cálculo das provisões económicas.

No que diz respeito à Margem de Risco, é determinada pelo método do custo de capital (CoC), previsto na fórmula padrão, com uma taxa de custo de capital de 6%, conforme o Regulamento Delegado. Na sua determinação foi usado o método 1 da fórmula padrão previsto nas orientações da EIOPA (EIOPA-BoS14/166 PT).

De notar que a COSEC não utiliza ajustamentos de volatilidade ou de congruência, nem outras medidas de transição, tais como estrutura temporal das taxas de juro sem risco e dedução relativa às provisões técnicas.

2.1.2. Provisões Técnicas de Resseguro Cedido

A nível dos recuperáveis de resseguro e em linha com o que acontece em Seguro Direto, verificamos uma diminuição desta rubrica face às Provisões Técnicas de Balanço de 2016, uma vez calculada do ponto de vista económico. Tal facto justifica-se por a COSEC utilizar para retrocessão do seu risco um tratado proporcional, nomeadamente um Quota-Parte.

2.2. Princípios e Incerteza

Os resultados da aplicação de métodos estatísticos têm sempre um grau de incerteza implícito fruto de fatores aleatórios, mudanças estruturais ainda não refletidas no sistema de informação da Companhia e porventura no mercado, bem como de alterações legais, judiciais e políticas com reflexo nos modelos aplicados.

Por outro lado, tem de se ter presente que não só é necessário assumir padrões para algumas variáveis macro e microeconómicas, como também os métodos usados têm implícitos alguns pressupostos. Tudo isto pode sofrer alterações significativas à medida que o tempo passa, pelo que a monitorização constante destas situações é fundamental e imprescindível.

A principal fonte de incerteza nas Provisões Técnicas é a aleatoriedade natural dos sinistros, tanto em termos de dimensão como de calendário, e o impacto sobre o custo final. Contudo, é importante referir que os riscos em *run-off* (nomeadamente do Seguro de Caução), estão ressegurados por companhias de elevado *rating*.

Consideramos, no entanto, que globalmente as Provisões Técnicas são preparadas numa base adequada, em conformidade com a abordagem estabelecida na legislação.

De qualquer forma, prevemos contudo que a nossa abordagem continue a ser desenvolvida e refinada em resposta à auditoria externa, comentários e orientações em andamento pelo Regulador e nossas próprias revisões de melhoria contínua.

Haverá sempre um *trade-off* entre a precisão do modelo e a taxa de erro, pelo que quando as abordagens simplificadas são justificadas, proporcionais e não conduzem a um erro material, adotamos tais abordagens.

2.3. Metodologia e Hipóteses de Trabalho

A metodologia utilizada pressupõe um conjunto de hipóteses constantes em todas as estimativas efetuadas que devem ser permanentemente monitorizadas de forma a antecipar eventuais alterações nos pressupostos seguidos.

2.3.1. Taxas de Desconto em Provisões Técnicas

No cálculo das Provisões para Sinistros e das Provisões para Prémios considerou-se a ETTJ estabelecida no REGULAMENTO DE EXECUÇÃO (UE) 2017/309 DA COMISSÃO de 23 de fevereiro de 2017.

2.3.2. Taxas de Inflação Passada e Futura

Para a generalidade dos cálculos, resolveu-se não proceder a qualquer ajustamento da inflação passada e futura.

Assumiu-se que a inflação implícita na matriz de *run-off* se vai repetir nos próximos anos.

Na projeção de *cash-flows* para a Provisão para Prémios foi assumido que a evolução destes últimos acompanhará a evolução do custo dos sinistros e demais componentes das contas técnicas, mantendo-se estabilizado o rácio combinado obtido em 2016.

2.3.3. Prémios Futuros

Foram considerados como prémios futuros:

- Dos seguros de crédito, os prémios de 2017 relativos a apólices renovadas e de prémio fracionado;
- E do seguro de cauções, os prémios de 2017 relativos a apólices anuais renováveis, os prémios de 2017 a 2021 de apólices temporárias e os prémios dos próximos oito anos para as apólices sem vencimento.

2.3.4. Métodos Estatístico

As Provisões para Sinistros foram estimadas através da projeção das matrizes de custos dos sinistros e de pagamentos acumulados por ano de subscrição.

Com esta metodologia foi obtida uma série de *cash-flows* anuais que foram posteriormente descontados com as taxas de desconto acima referidas. Sempre que o resultado final foi baseado em matrizes de custos, os pagamentos implícitos foram obtidos de forma proporcional à evolução das matrizes de custos e de pagamentos.

Todos os métodos estatísticos de projeção de pagamentos ou de custos têm implícito ou explícito um conjunto de hipóteses que foram confrontados com os dados fornecidos.

Para este efeito o método escolhido atendeu:

- À evolução dos resíduos prospetivos e retrospectivos;
- Aos "*backtesting*" efetuados;
- Aos erros preditivos calculados, sempre que tal foi possível;
- À capacidade explicativa dos modelos do passado;
- E ao conhecimento que existe da empresa e do ramo em questão.

- A duração contratual, que tanto pode ser de curto, médio como longo prazo;
- A natureza, em que muitos sinistros crescem com a inflação;
- A moeda;
- E as despesas de regularização de sinistros, que se bem que menos incertas, em moeda local e sujeitas a inflação, aparecem sempre associadas aos sinistros.

2.4.1. Duração

Quanto à duração dos contratos de Seguro de Créditos, estes são anuais com responsabilidades sobretudo de curto prazo. A duração dos contratos de Seguro Caução é variável, entre períodos inferiores a um ano e períodos em aberto, em que as responsabilidades só terminam com o cancelamento das apólices pelo beneficiário.

2.4. Adequação dos Prémios e das Provisões

De acordo com as conclusões do Atuário-Responsável, as análises efetuadas e os resultados técnicos obtidos confirmam a suficiência do atual tarifário de prémios, para um contexto económico de alguma recuperação.

Ainda de acordo com o Atuário-Responsável, a análise da evolução das Provisões Técnicas revelou a suficiência das mesmas após o seu cálculo via métodos estatísticos, estando os valores apresentados de acordo com a legislação em vigor.

O Conselho de Administração da COSEC considera a política de tarifação de prémios adequada e suficiente para manter um elevado grau de solvabilidade e ainda que as provisões técnicas constituídas são suficientes para fazer face ao nível de sinistralidade previsto.

Analizou-se as responsabilidades da seguradora nos seguintes pontos:

- A incerteza, podem aparecer sinistros que originem pagamentos elevados ou acima do que se esperava;

D.3. Outros Passivos

IFRS/SII (euros)	Contas Estatutárias	Reavaliação de Investimentos e outros Ativos/Passivos	SII
Outras Provisões Técnicas	23 251 896	-23 251 896	0
Passivos contingentes			
Provisões que não provisões técnicas	30 024		30 024
Obrigações a título de prestações de pensão			
Depósitos de resseguradores	178 722		178 722
Passivos por impostos diferidos	2 708 578	8 444 940	11 153 518
Derivados	0		0
Dívidas a instituições de crédito	0		0
Passivos financeiros que não sejam dívidas a instituições de crédito	0		0
Valores a pagar de operações de seguro e mediadores	1 626 541		1 626 541
Valores a pagar a título de operações de resseguro	324 792		324 792
Valores a pagar (de operações comerciais, não de seguro)	2 569 675		2 569 675
Passivos subordinados	0		0
Quaisquer outros passivos não incluídos noutros elementos do balanço	5 662 362		5.662.362
TOTAL	36 352 590	-14 806 956	21 545 634

3.1. Outras Provisões Técnicas

Nas contas estatutárias, verifica-se a existência de uma provisão para desvios de sinistralidade, num montante total de 23,3 M€, que deixa de existir no âmbito do regime de Solvência II.

3.2. Passivos por Impostos Diferidos

Os Passivos por Impostos Diferidos correspondem ao impacto no imposto a pagar em períodos futuros resultante de diferenças temporárias dedutíveis ou tributáveis entre o valor de balanço dos passivos e a sua base fiscal, utilizada na determinação do lucro tributável.

Os passivos por impostos na COSEC são registados para todas as diferenças temporárias tributáveis.

3.3. Contas a Pagar Devido a Seguros, Resseguros e Acordos Comerciais

Quanto a contas a pagar devido a seguros, resseguros e acordos comerciais, tendo em conta que estes são geralmente passivos de curto prazo, considera-se como uma estimativa razoável do seu justo valor o valor de balanço dos vários itens, na data do balanço.

5. Informações Adicionais

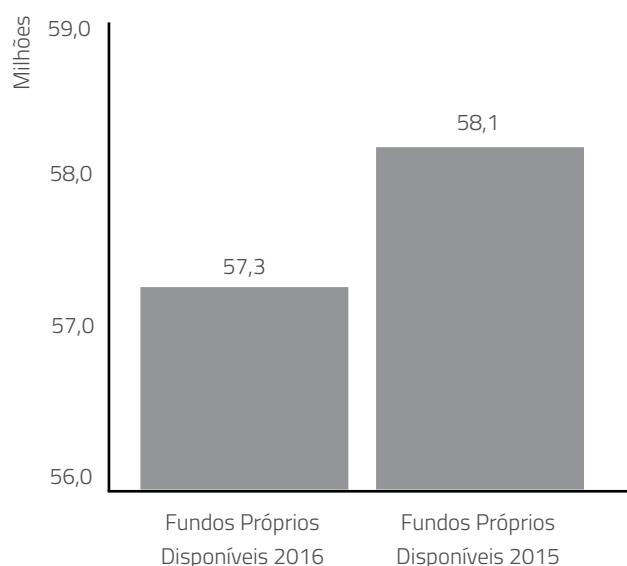
Existem nalguns contratos cláusulas de participação nos resultados sempre que a sinistralidade fique abaixo de um determinado valor. Este montante é variável de contrato para contrato, bem como a percentagem do resultado a distribuir.

Para efeitos de ajustamento para a capacidade de absorção de perdas dos Impostos Diferidos, não foi contemplado no ajustamento qualquer aumento nos ativos por impostos diferidos resultantes das perdas instantâneas geradas pelo requisito de Capital de Solvência base e pelo requisito de Capital para o Risco Operacional, uma vez que a COSEC não dispõe de todos os elementos necessários para demonstrar a existência de lucros tributáveis futuros.

1. Fundos Próprios

1.1. Composição e Mudanças no Capital Disponível

O capital disponível da Companhia em 2016 foi de 57,3 milhões euros, constituídos pelo Capital Social (7,5 milhões euros) e Reserva de Reconciliação (49,8 milhões euros). A totalidade dos fundos próprios disponíveis é elegível como nível 1. A Reserva de Reconciliação é igual ao total do excesso do ativo sobre o passivo em base de solvência reduzido do capital próprio e dos dividendos projetados.



1.2. Reservas de Reconciliação

A Reserva de Reconciliação constitui uma componente significativa dos fundos próprios, que consiste nos seguintes itens:

Reserva de Reconciliação dez 2016	
Reservas e Resultados Transitados (Estatutário)	39,3
Anulação de outras provisões técnicas	23,3
Impostos diferidos passivos de outras provisões técnicas	-5,9
Reservas e Resultados Transitados de IFRS	56,6
Reavaliação das provisões técnicas	9,9
Reavaliação das provisões técnicas cedidas	-5,2
Reavaliação/anulação de ativos	-3,5
Impostos diferidos passivos	-2,5
Dividendos projetados	-5,6
Reserva de Reconciliação	49,8

Valores em milhões de euros

A reserva de reconciliação atingiu o valor de 49,8 milhões euros em 31 de dezembro 2016. É composta por reservas consolidadas em IFRS (lucros retidos, reservas, lucros) no valor de 56,6 milhões euros, havendo também uma reavaliação favorável das provisões técnicas no valor 9,9 €. As deduções são 5,2 milhões euros na reavaliação das provisões técnicas cedidas, 3,5 milhões euros de anulações de ativos quando transitados das contas em base IFRS para base solvência, 2,5 milhões euros de passivos por impostos diferidos e 5,6 milhões euros de dividendos projetados.

1.3. Reconciliação com Capital Próprio IFRS

Os principais fatores para a diferença entre IFRS e os Fundos Próprios de Solvência II são as componentes da reserva de reconciliação conforme itens abaixo:

Reconciliação com Capital Próprio IFRS	
Capital Social	7,5
Outras Reservas	27,2
Resultados Transitados	6,5
Resultado Líquido do Exercício	5,6
Capital Próprio (Estatutário)	46,8
Anulação de Outras Provisões Técnicas	23,3
Impostos Diferidos Passivos de Outras Provisões Técnicas	-5,9
Capital Próprio em base IFRS	64,1
Reavaliação das Provisões Técnicas	9,9
Reavaliação das Provisões Técnicas Cedidas	-5,2
Reavaliação/Anulação de Ativos	-3,5
Impostos Diferidos Passivos	-2,5
Dividendos Projetados	-5,6
Fundos Próprios Disponíveis	57,3

49,8
Reserva de Reconciliação

Valores em milhões de euros

2. Requisito de Capital de Solvência e Requisito de Capital Mínimo

O Requisito de Capital (SCR) é composto pelo Requisito de Capital de Solvência de Base (BSCR), pelo Risco Operacional, eventuais ajustamentos para absorção de perdas por impostos diferidos e/ou Provisões Técnicas e Requisito de Capital para o Risco de Ativos Intangíveis.

O Requisito de Capital Mínimo (MCR) deverá garantir um nível mínimo abaixo do qual o montante dos recursos financeiros não deverá cair. É calculado segundo uma fórmula simples, sujeita a um limite inferior e a um limite superior definidos com base no requisito de capital de solvência baseado no risco, a fim de permitir uma escala crescente de intervenção das autoridades de supervisão, e que se baseie em dados passíveis de auditoria.

2.1. Requisito de Capital de Solvência (SCR)

O Requisito de capital da Companhia em 31/12/2016 ascendia a 32,5 M/€, sendo o Requisito Mínimo de Capital de 8,1 M/€, traduzindo-se desta forma, e considerando os fundos próprios, num rácio de solvabilidade de 176,5%.

Posição de Solvência II	2016
Fundos Próprios	57 295 828
Requisito Mínimo de Capital (MCR)	8 116 222
Rácio de Solvência II (%)	176,5%
Requisito de Capital de Solvência (SCR)	32 464 889
Absorção de Perdas por Impostos Diferidos	0
Risco Operacional	1 051 760
Basic SCR (BSCR)	31 413 130
Efeitos Diversificação	-5 733 696
Risco de Mercado	7 617 310
Risco de Taxa de Juro	2 163 324
Risco Acionista	2 451 148
Risco Imobiliário	3 323 835
Risco de <i>Spread</i>	827 654
Risco Cambial	0
Risco de Concentração	4 193 753
Efeitos de Diversificação	-5 342 404
Risco de Incumprimento da Contraparte	2 025 082
Risco de Incumprimento Contraparte Tipo I	1 763 109
Risco de Incumprimento Contraparte Tipo II	333 254
Efeitos de Diversificação	-71 281

Posição de Solvência II

2016

Risco Específico de Seguro Não Vida	27 504 434
Risco de Prémio & Reserva	12 716 066
Risco de Descontinuidade	530 227
Risco Catastrófico	21 410 016
Efeitos Diversificação	-7 151 876

De notar que para efeitos da determinação dos Requisitos de Capital de Solvência (SCR), a COSEC utiliza a fórmula padrão definida pela EIOPA, sem recorrer a medidas transitórias e/ou aos possíveis ajustamentos previstos na legislação, como o ajustamento de congruência e o de volatilidade.

Em termos de simplificações, apenas são usadas no cálculo do módulo de contraparte, nomeadamente ao que ao "*risk mitigation*" diz respeito. Esta simplificação é usada uma vez que a resseguradora Euler Hermes representa 96% das exposições dos recuperáveis de resseguro, não originando assim uma distorção do requisito de Capital de Solvência que possa influenciar o processo de tomada de decisão ou a apreciação do utilizador das informações relativas ao Requisito de Capital de Solvência.

2.2. Requisito de Capital de Solvência de Base (BSCR)

Na composição do Requisito de Capital de Solvência Base, o requisito de capital associado ao Risco Específico de Seguro Não Vida emerge como sendo aquele no qual se centra a maior percentagem da composição do Requisito de Solvência.

Esta é uma situação natural uma vez que é neste módulo que se centra o negócio da COSEC e que a nível do risco de mercado, a Companhia segue uma política de investimentos conservadora sem produtos derivados e/ou complexos e a nível do risco da contraparte, a COSEC ter os seus tratados com empresas de resseguro de elevado *rating*.

Requisitos de Capital de Base (BSCR)		31 413 130
Risco de mercado		7 617 310
Risco de incumprimento da contraparte		2 025 082
Risco específico de seguro não vida		27 504 434
<i>Efeitos Diversificação</i>		<i>-5 733 696</i>

2.3. Absorção de Perdas por Impostos Diferidos

De acordo com o previsto no artigo 207º do Regulamento Delegado 35/2015, o ajustamento para a capacidade de absorção de perdas dos impostos diferidos equivale à alteração do valor dos impostos diferidos das empresas de seguros e de resseguros que resultaria de uma perda instantânea de um montante igual à soma do requisito de solvência base, o ajustamento para a capacidade de absorção de perdas das provisões técnicas e o requisito de capital para o risco operacional.

Nos casos em que a perda referida resulte num aumento dos ativos por impostos diferidos, as empresas de seguros e de resseguros não devem utilizar este aumento para efeitos do ajustamento, a menos que possam demonstrar que existirão lucros futuros.

A COSEC decidiu não reconhecer qualquer valor por impostos diferidos ativos no seu balanço nem reconhecer qualquer valor de capacidade de absorção de perdas por impostos diferidos, uma vez que não dispõe atualmente de nenhum estudo demonstrativo de que existirão lucros futuros numa Base de Solvência II.

6. Eventuais Informações Adicionais

A COSEC utiliza para o cálculo do requisito de solvência os parâmetros da fórmula padrão, não recorrendo a parâmetros específicos da Empresa.

Lisboa, 16 de maio de 2017

Presidente do Conselho de Administração
(em exercício) e
Presidente da Comissão Executiva



Thierry Etheve

Balance Sheet

	Solvency II Value
ASSETS	
Goodwill	
Deferred acquisition costs	
Intangible assets	0,00
Deferred tax assets	0,00
Pension benefit surplus	262 757,00
Property, plant & equipment held for own use	6 051 361,68
Investments (other than assets held for index-linked and unit-linked contracts)	75 571 574,05
Property (other than for own use)	8 160 000,00
Holdings in related undertakings, including participations	0,00
Equities	2 100,00
Equities-listed	0,00
Equities-unlisted	2 100,00
Bonds	53 248 795,30
Government bonds	39 406 690,64
Corporate bonds	13 842 104,66
Structured notes	0,00
Collateralised securities	0,00
Collective investments undertakings	5 154 519,58
Derivatives	0,00
Deposits other than cash equivalents	9 006 159,17
Other investments	0,00
Assets held for index-linked and unit-linked contracts	0,00
Loans and mortgages	0,00
Loans on policies	0,00
Loans and mortgages to individuals	0,00
Other loans and mortgages	0,00
Reinsurance recoverables from:	3 475 905,02
Non-life and health similar to non-life	3 475 905,02
Non-life excluding health	3 475 905,02
Health similar to non-life	0,00
Life and health similar to life, excluding health and index-linked and unit-linked	0,00
Health similar to life	0,00
Life excluding health and index-linked and unitlinked	0,00
Life index-linked and unit-linked	0,00
Deposits to cedants	27 218,24
Insurance and intermediaries receivables	2 195 826,19
Reinsurance receivables	25 869,38
Receivables (trade, not insurance)	994 473,21
Own shares (held directly)	0,00
Amounts due in respect of own fund items or initial fun called up but not yet paid in	0,00
Cash and cash equivalents	6 965 604,08
Any other assets, not elsewhere shown	2 706 467,93
Total assets	98 277 056,77

Balance Sheet

	Solvency II Value
LIABILITIES	
Technical provisions–non-life	13 875 430,65
Technical provisions non-life (excluding health)	13 875 430,65
Technical provisions calculated as a whole	0,00
Best estimate	11 422 309,25
Risk margin	2 453 121,41
Technical provisions-health (similar to non-life)	0,00
Technical provisions calculated as a whole	0,00
Best estimate	0,00
Risk margin	0,00
Technical provisions-life (excluding index-linked and unit-linked)	0,00
Technical provisions-health (similar to life)	0,00
Technical provisions calculated as a whole	0,00
Best estimate	0,00
Risk margin	0,00
Technical provisions–life (excluding health and index-linked and unit-linked)	0,00
Technical provisions calculated as a whole	0,00
Best estimate	0,00
Risk margin	0,00
Technical provisions – index-linked and unit-linked	0,00
Technical provisions calculated as a whole	0,00
Best estimate	0,00
Risk margin	0,00
Other technical provisions	
Contingent liabilities	0,00
Provisions other than technical provisions	30 024,00
Pension benefit obligations	0,00
Deposits from reinsurers	178 722,32
Deferred tax liabilities	11 153 517,98
Derivatives	0,00
Debts owed to credit institutions	0,00
Financial liabilities other than debts owed to credit institutions	0,00
Insurance & intermediaries payables	1 626 541,15
Reinsurance payables	324 791,88
Payables (trade, not insurance)	2 569 675,03
Subordinated liabilities	0,00
Subordinated liabilities not in basic own funds	0,00
Subordinated liabilities in basic own funds	0,00
Any other liabilities, not elsewhere shown	5 662 361,65
Total liabilities	35 421 064,66
EXCESS OF ASSETS OVER LIABILITIES	62 855 992,12

Non-Life (Direct Business/Accepted Proportional Reinsurance and Accepted Non-Proportional Reinsurance)

LINE OF BUSINESS FOR: Non-Life Insurance and Reinsurance Obligations (Direct Business and Accepted Proportional Reinsurance)												
	Medical Expense Insurance	Income Protection Insurance	Workers' Compensation Insurance	Motor Vehicle Liability Insurance	Other Motor Insurance	Marine, Aviation and Transport Insurance	Fire and Other Damage to Properit Insurance	General Liability Insurance	Credit and Suretyship Insurance	Legal Expenses Insurance	Assistance	Miscellaneous Financial Loss
Premiums written												
Gross-Direct business	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	35 077 841,24	0,00	0,00	0,00
Gross-Proportional reinsurance accepted	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	23 732,76	0,00	0,00	0,00
Gross-Non-proportional reinsurance accepted												
Reinsurers' share	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	14 952 259,36	0,00	0,00	0,00
Net	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20 149 314,64	0,00	0,00	0,00
Premiums earned												
Gross-Direct business	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	35 033 714,21	0,00	0,00	0,00
Gross-Proportional reinsurance accepted	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	24 936,49	0,00	0,00	0,00
Gross-Non-proportional reinsurance accepted												
Reinsurers' share	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	14 978 226,86	0,00	0,00	0,00
Net	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20 080 423,84	0,00	0,00	0,00
Claims incurred												
Gross-Direct business	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	13 481 965,48	0,00	0,00	0,00
Gross-Proportional reinsurance accepted	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-201 741,51	0,00	0,00	0,00
Gross-Non-proportional reinsurance accepted												
Reinsurers' share	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5 507 745,42	0,00	0,00	0,00
Net	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7 772 478,55	0,00	0,00	0,00
Changes in other technical provisions												
Gross-Direct business	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3 632 006,15	0,00	0,00	0,00
Gross-Proportional reinsurance accepted	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Gross-Non-proportional reinsurance accepted												
Reinsurers' share	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Net	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3 632 006,15	0,00	0,00	0,00
Expenses incurred	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10 352 098,86	0,00	0,00	0,00
Administrative expenses												
Gross-Direct business	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5 258 129,67	0,00	0,00	0,00
Gross-Proportional reinsurance accepted	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	52 556,91	0,00	0,00	0,00
Gross-Non-proportional reinsurance accepted												
Reinsurers' share	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Net	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5 310 686,58	0,00	0,00	0,00
Investment management expenses												
Gross-Direct business	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	261 617,91	0,00	0,00	0,00
Gross-Proportional reinsurance accepted	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Gross-Non-proportional reinsurance accepted												
Reinsurers' share	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Net	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	261 617,91	0,00	0,00	0,00

Non-Life (Direct Business/Accepted Proportional Reinsurance and Accepted Non-Proportional Reinsurance)

LINE OF BUSINESS FOR: Non-Life Insurance and Reinsurance Obligations (Direct Business and Accepted Proportional Reinsurance)												
	Medical Expense Insurance	Income Protection Insurance	Workers' Compensation Insurance	Motor Vehicle Liability Insurance	Other Motor Insurance	Marine, Aviation and Transport Insurance	Fire and Other Damage to Proper Insurance	General Liability Insurance	Credit and Suretyship Insurance	Legal Expenses Insurance	Assistance	Miscellaneous Financial Loss
Claims management expenses												
Gross-Direct business	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Gross-Proportional reinsurance accepted	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1 922 513,84	0,00	0,00	0,00
Gross-Non-proportional reinsurance accepted												
Reinsurers' share	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Net	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1 922 513,84	0,00	0,00	0,00
Acquisition expenses												
Gross-Direct business	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1 817 188,59	0,00	0,00	0,00
Gross-Proportional reinsurance accepted	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Gross-Non-proportional reinsurance accepted												
Reinsurers' share	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Net	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1 817 188,59	0,00	0,00	0,00
Overhead expenses												
Gross-Direct business	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Gross-Proportional reinsurance accepted	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1 040 091,94	0,00	0,00	0,00
Gross-Non-proportional reinsurance accepted												
Reinsurers' share												
Net	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1 040 091,94	0,00	0,00	0,00
Other expenses												
TOTAL EXPENSES												

Non-Life (Direct Business/Accepted Proportional Reinsurance and Accepted Non-Proportional Reinsurance)

LINE OF BUSINESS FOR: Accepted Non-Proportional Reinsurance					
	Health	Casualty	Marine, Aviation, Transport	Property	Total
Premiums written					
Gross-Direct business					35 077 841,24
Gross-Proportional reinsurance accepted					23 732,76
Gross-Non-proportional reinsurance accepted	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reinsurers' share	0,00	0,00	0,00	0,00	14 952 259,36
Net	0,00	0,00	0,00	0,00	20 149 314,64
Premiums earned					
Gross-Direct business					35 033 714,21
Gross-Proportional reinsurance accepted					24 936,49
Gross-Non-proportional reinsurance accepted	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reinsurers' share	0,00	0,00	0,00	0,00	14 978 226,86
Net	0,00	0,00	0,00	0,00	20 080 423,84
Claims incurred					
Gross-Direct business					13 481 965,48
Gross-Proportional reinsurance accepted					-201 741,51
Gross-Non-proportional reinsurance accepted	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reinsurers' share	0,00	0,00	0,00	0,00	5 507 745,42
Net	0,00	0,00	0,00	0,00	7 772 478,55
Changes in other technical provisions					
Gross-Direct business					3 632 006,15
Gross-Proportional reinsurance accepted					0,00
Gross-Non-proportional reinsurance accepted	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reinsurers' share	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Net	0,00	0,00	0,00	0,00	3 632 006,15
Expenses incurred					
Administrative expenses					
Gross-Direct business					5 258 129,67
Gross-Proportional reinsurance accepted					52 556,91
Gross-Non-proportional reinsurance accepted	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reinsurers' share	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Net	0,00	0,00	0,00	0,00	5 310 686,58
Investment management expenses					
Gross-Direct business					261 617,91
Gross-Proportional reinsurance accepted					0,00
Gross-Non-proportional reinsurance accepted	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reinsurers' share	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Net	0,00	0,00	0,00	0,00	261 617,91

Non-Life (Direct Business/Accepted Proportional Reinsurance and Accepted Non-Proportional Reinsurance)

LINE OF BUSINESS FOR: Accepted Non-Proportional Reinsurance					
	Health	Casualty	Marine, Aviation, Transport	Property	Total
Claims management expenses					
Gross-Direct business					0,00
Gross-Proportional reinsurance accepted					1 922 513,84
Gross-Non-proportional reinsurance accepted	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reinsurers' share	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Net	0,00	0,00	0,00	0,00	1 922 513,84
Acquisition expenses					
Gross-Direct business					1 817 188,59
Gross-Proportional reinsurance accepted					0,00
Gross-Non-proportional reinsurance accepted	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reinsurers' share	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Net	0,00	0,00	0,00	0,00	1 817 188,59
Overhead expenses					
Gross-Direct business					0,00
Gross-Proportional reinsurance accepted					1 040 091,94
Gross-Non-proportional reinsurance accepted	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reinsurers' share	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Net	0,00	0,00	0,00	0,00	1 040 091,94
Other expenses					0,00
TOTAL EXPENSES					10 352 098,86

Non-Life Technical Provisions

Direct Business and Accepted Proportional Reinsurance												
	Medical Expense Insurance	Income Protection Insurance	Workers' Compensation Insurance	Motor Vehicle Liabilit Insurance	Other Motor Insurance	Marine, Aviation and Transport Insurance	Fire and other Damage to Property Insurance	General Liability Insurance	Credit and Suretyship Insurance	Legal Expenses Insurance	Assistance	Miscellaneous Financial Loss
Technical provisions calculated as a whole												
Direct business												
Accepted proportional reinsurance business												
Accepted non-proportional reinsurance												
Total Recoverables from reinsurance/SPV and Finite Re after the adjustment for expected losses due to counterparty default associated to TP calculated as a whole												
Technical provisions calculated as a sum of BE and RM												
Best estimate												
Premium provisions												
Gross-Total									-3 890 221,13			
Gross-direct business									-3 873 229,02			
Gross-accepted proportional reinsurance business									-16 992,11			
Gross-accepted non-proportional reinsurance business												
Total recoverable from reinsurance/SPV and Finite Re before the adjustment for expected losses due to counterparty default									-1 591 757,98			
Recoverables from reinsurance (except SPV and Finite Reinsurance) before adjustment for expected losses									-1 591 757,98			
Recoverables from SPV before adjustment for expected losses									0,00			

Non-Life Technical Provisions

Direct Business and Accepted Proportional Reinsurance												
	Medical Expense Insurance	Income Protection Insurance	Workers' Compensation Insurance	Motor Vehicle Liabilit Insurance	Other Motor Insurance	Marine, Aviation and Transport Insurance	Fire and other Damage to Property Insurance	General Liability Insurance	Credit and Suretyship Insurance	Legal Expenses Insurance	Assistance	Miscellaneous Financial Loss
Recoverables from Finite Reinsurance before adjustment for expected losses									0,00			
Total recoverable from reinsurance/SPV and Finite Re after the adjustment for expected losses due to counterparty default									-1 591 500,94			
Net best estimate of premium provisions									-2 298 720,19			
Claims provisions												
Gross-Total									15 312 530,38			
Gross-direct business									13 412 716,82			
Gross-accepted proportional reinsurance business									1 899 813,56			
Gross-accepted non-proportional reinsurance business												
Total recoverable from reinsurance/SPV and Finite Re before the adjustment for expected losses due to counterpart default									5 072 333,59			
Recoverables from reinsurance (except SPV and Finite Reinsurance) before adjustment for expected losses									5 072 333,59			
Recoverables from SPV before adjustment for expected losses									0,00			
Recoverables from Finite reinsurance before adjustment for expected losses									0,00			

Non-Life Technical Provisions

[illegible]

Non-Life Technical Provisions

Direct Business and Accepted Proportional Reinsurance												
	Medical Expense Insurance	Income Protection Insurance	Workers' Compensation Insurance	Motor Vehicle Liabilit Insurance	Other Motor Insurance	Marine, Aviation and Transport Insurance	Fire and other Damage to Property Insurance	General Liability Insurance	Credit and Suretyship Insurance	Legal Expenses Insurance	Assistance	Miscellaneous Financial Loss
Cash in-flows												
Future premiums	-14 493 738,06											
Other cash-in flows (incl. Recoverable from salvages and subrogations)												
Cash-flows of the best estimate of claims provisions (gross)												
Cash out-flows												
Future benefits and claims	13 495 557,31											
Future expenses and other cash-out flows	1 816 973,07											
Cash in-flows												
Future premiums	0,00											
Other cash-in flows (incl. Recoverable from salvages and subrogations)												
Percentage of gross best estimate calculated using approximations												
Best estimate subject to transitional of the interest rate												
Technical provisions without transitional on interest rate												
Best estimate subject to volatility adjustment												
Technical provisions without volatility adjustment and without others transitional measures												

Non-Life Technical Provisions

Accepted Non-Proportional Reinsurance					Total Non-Life Obligation
	Non-Proportional Health Reinsurance	Non-Proportional Casualty Reinsurance	Non-Proportional Marine, Aviation and Transport Reinsurance	Non-Proportional Property Reinsurance	
Technical provisions calculated as a whole					
Direct business					
Accepted proportional reinsurance business					
Accepted non-proportional reinsurance					
Total Recoverables from reinsurance/SPV and Finite Re after the adjustment for expected losses due to counterparty default associated to TP calculated as a whole					
Technical provisions calculated as a sum of BE and RM					
Best estimate					
Premium provisions					
Gross-Total					-3 890 221,13
Gross-direct business					-3 873 229,02
Gross-accepted proportional reinsurance business					-16 992,11
Gross-accepted non-proportional reinsurance business					
Total recoverable from reinsurance/SPV and Finite Re before the adjustment for expected losses due to counterparty default					-1 591 757,98
Recoverables from reinsurance (except SPV and Finite Reinsurance) before adjustment for expected losses					-1 591 757,98
Recoverables from SPV before adjustment for expected losses					0,00

Non-Life Technical Provisions

Accepted Non-Proportional Reinsurance					Total Non-Life Obligation
	Non-proportional health reinsurance	Non-proportional casualty reinsurance	Non-proportional marine, aviation and transport reinsurance	Non-proportional property reinsurance	
Recoverables from Finite Reinsurance before adjustment for expected losses					0,00
Total recoverable from reinsurance/SPV and Finite Re after the adjustment for expected losses due to counterparty default					-1 591 500,94
Net best estimate of premium provisions					-2 298 720,19
Claims provisions					
Gross-Total					15 312 530,38
Gross-direct business					13 412 716,82
Gross-accepted proportional reinsurance business					1 899 813,56
Gross-accepted non-proportional reinsurance business					
Total recoverable from reinsurance/SPV and Finite Re before the adjustment for expected losses due to counterpart default					5 072 333,59
Recoverables from reinsurance (except SPV and Finite Reinsurance) before adjustment for expected losses					5 072 333,59
Recoverables from SPV before adjustment for expected losses					0,00
Recoverables from Finite reinsurance before adjustment for expected losses					0,00

Non-Life Technical Provisions

Accepted Non-Proportional Reinsurance					Total Non-Life Obligation
	Non-Proportional Health Reinsurance	Non-Proportional Casualty Reinsurance	Non-Proportional Marine, Aviation and Transport Reinsurance	Non-Proportional Property Reinsurance	
Total recoverable from reinsurance/SPV and Finite Re after the adjustment for expected losses due to counterparty default					5 067 405,96
Net best estimate of claims provisions					10 245 124,42
Total best estimate-gross					11 422 309,25
Total best estimate-net					7 946 404,23
Risk margin					2 453 121,41
Amount of the transitional on technical provisions					
TP as a whole					
Best estimate					
Risk margin					
Technical provisions-Total					
Technical provisions-Total					13 875 430,65
Recoverable from reinsurance contract/SPV and Finite Re after the adjustment for expected losses due to counterparty default-total					3 475 905,02
Technical provisions minus recoverables from reinsurance/SPV and Finite Re-total					10 399 525,63
Line of business: further segmentation (homogeneous risk groups)					
Premium provisions-total number of homogeneous risk groups					
Claims provisions-total number of homogeneous risk groups					
Cash-flows of the best estimate of premium provisions (gross)					
Cash out-flows					
Future benefits and claims					10 603 516,92
Future expenses and other cash-out flows					

Non-Life Technical Provisions

Accepted Non-Proportional Reinsurance					Total Non-Life Obligation
	Non-Proportional Health Reinsurance	Non-Proportional Casualty Reinsurance	Non-Proportional Marine, Aviation and Transport Reinsurance	Non-Proportional Property Reinsurance	
Cash in-flows					
Future premiums					-14 493 738,06
Other cash-in flows (incl. Recoverable from salvages and subrogations)					
Cash-flows of the best estimate of claims provisions (gross)					
Cash out-flows					
Future benefits and claims					13 495 557,31
Future expenses and other cash-out flows					1 816 973,07
Cash in-flows					
Future premiums					
Other cash-in flows (incl. Recoverable from salvages and subrogations)					
Percentage of gross Best Estimate calculated using approximations					
Best estimate subject to transitional of the interest rate					
Technical provisions without transitional on interest rate					
Best estimate subject to volatility adjustment					
Technical provisions without volatility adjustment and without others transitional measures					

Gross Claims Paid (Non-Cumulative)-Development Year (Absolute Amount)

Line of business	Credit and suretyship insurance [direct business and proportional reinsurance] {s2c LB:x27}
Accident year/Underwriting year	Underwriting year [UWY] {s2c AM:x88}
Currency	EUR {s2c CU:EUR}
Currency conversion	Not applicable / Expressed in (converted to) reporting currency {s2c_CA:x0}

	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9
Prior										
N-14										
N-13	601 764,91	10 973 464,71	2 252 519,10	271 014,00	469 822,55	-52 635,76	-18 728,31	346 119,19	-6 901,83	-22 052,87
N-12	940 508,73	8 761 246,75	2 553 128,87	298 618,38	35 925,75	-28 203,73	-31 751,24	-36 455,75	-26 933,00	97 065,68
N-11	1 843 344,06	9 626 799,61	2 608 812,67	619 262,53	-28 036,42	-18 579,52	13 248,33	-141 694,83	73 468,12	6 231,61
N-10	4 033 212,04	12 287 241,48	2 505 498,48	347 479,38	-604 107,01	-124 865,59	6 286,67	-267 207,39	66 736,38	-106 214,98
N-9	2 537 569,73	11 988 534,06	3 285 328,21	651 775,39	492 120,05	48 585,71	-140 531,47	29 467,72	-57 563,06	-50 486,13
N-8	5 053 875,00	18 755 564,30	7 254 152,83	1 345 190,13	28 430,22	-49 080,80	425 034,47	62 777,11	-52 984,95	
N-7	1 673 309,35	5 153 161,42	1 577 674,76	98 781,49	17 664,00	-69 745,20	71 024,64	126 872,38		
N-6	827 300,79	5 856 598,63	3 019 406,79	160 690,90	-394 961,43	-5 617,95	109 143,84			
N-5	982 934,29	16 273 218,66	3 785 116,18	-138 738,81	-190 444,00	-86 900,27				
N-4	1 122 710,39	8 421 069,99	1 346 310,96	492 170,32	-56 301,44					
N-3	985 750,72	5 208 864,98	938 852,65	161 292,30						
N-2	1 379 612,34	7 272 968,79	1 072 460,07							
N-1	3 304 179,55	8 583 555,38								
N	2 427 685,99									

	10	11	12	13	14	15 & +
Prior						
N-14						
N-13	93 705,39	-11 032,45	28 236,54	-35 788,33		
N-12	7 508,30	-74 788,78	345 586,76			
N-11	-23 077,08	-13 200,16				
N-10	-28 289,94					
N-9						
N-8						
N-7						
N-6						
N-5						
N-4						
N-3						
N-2						
N-1						
N						

Gross Undiscounted Best Estimate Claims Provisions-Development Year (Absolute Amount)

Line of business	Credit and suretyship insurance [direct business and proportional reinsurance] {s2c LB:x27}
Accident year/Underwriting year	Underwriting year [UWY] {s2c AM:x88}
Currency	EUR {s2c CU:EUR}
Currency conversion	Not applicable / Expressed in (converted to) reporting currency {s2c_CA:x0}

	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9
Prior										
N-14										
N-13										
N-12										
N-11										
N-10										185 443,92
N-9								265 592,04		207 368,91
N-8							-310 600,51	-778 983,22		
N-7						100 222,74	-303 156,37			
N-6					30 415,59	1 981,40				
N-5				343 307,57	219 597,03					
N-4			40 422,26	-39 928,26						
N-3		-142 372,49	-449 150,09							
N-2	1 420 357,88	-32 778,81								
N-1	11 010 173,85	2 379 097,73								
N	12 957 839,67									

	10	11	12	13	14	15 & +
Prior						1 288 773,04
N-14			159 304,11	124 044,59		
N-13		88 526,38	-344 068,03			
N-12		78 214,83	-399 616,16			
N-11	328 806,87	186 114,95				
N-10	-136 216,56					
N-9						
N-8						
N-7						
N-6						
N-5						
N-4						
N-3						
N-2						
N-1						
N						

Own Funds

	Total	Tier 1- Unrestricted	Tier 1- Restricted	Tier 2	Tier 3
Basic own funds before deduction for participations in other financial sector as foreseen in article 68 of Delegated Regulation 2015/35					
Ordinary share capital (gross of own shares)	7 500 000,00	7 500 000,00		0,00	
Share premium account related to ordinary share capital	0,00	0,00		0,00	
Initial funds, members' contributions or the equivalent basic own - fund item for mutual and mutual-type undertakings	0,00	0,00		0,00	
Subordinated mutual member accounts	0,00		0,00	0,00	0,00
Surplus funds	0,00	0,00			
Preference shares	0,00		0,00	0,00	0,00
Share premium account related to preference shares	0,00		0,00	0,00	0,00
Reconciliation reserve	49 795 828,39	49 795 828,39			
Subordinated liabilities	0,00		0,00	0,00	0,00
An amount equal to the value of net deferred tax assets	0,00				0,00
Other own fund items approved by the supervisory authority as basic own funds not specified above	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Own funds from the financial statements that should not be represented by the reconciliation reserve and do not meet the criteria to be classified as Solvency II own funds					
Own funds from the financial statements that should not be represented by the reconciliation reserve and do not meet the criteria to be classified as Solvency II own funds	0,00				
Deductions					
Deductions for participations in financial and credit institutions	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total basic own funds after deductions	57 295 828,39	57 295 828,39	0,00	0,00	0,00
Ancillary own funds					
Unpaid and uncalled ordinary share capital callable on demand	0,00			0,00	
Unpaid and uncalled initial funds, members' contributions or the equivalent basic own fund item for mutual and mutual - type undertakings, callable on demand	0,00			0,00	
Unpaid and uncalled preference shares callable on demand	0,00			0,00	0,00
A legally binding commitment to subscribe and pay for subordinated liabilities on demand	0,00			0,00	0,00
Letters of credit and guarantees under Article 96(2) of the Directive 2009/138/EC	0,00			0,00	
Letters of credit and guarantees other than under Article 96(2) of the Directive 2009/138/EC	0,00			0,00	0,00
Supplementary members calls under first subparagraph of Article 96(3) of the Directive 2009/138/EC	0,00			0,00	
Supplementary members calls-other than under first subparagraph of Article 96(3) of the Directive 2009/138/EC	0,00			0,00	0,00
Other ancillary own funds	0,00			0,00	0,00
Total ancillary own funds	0,00			0,00	0,00
Available and eligible own funds					
Total available own funds to meet the SCR	57 295 828,39	57 295 828,39	0,00	0,00	0,00
Total available own funds to meet the MCR	57 295 828,39	57 295 828,39	0,00	0,00	
Total eligible own funds to meet the SCR	57 295 828,39	57 295 828,39	0,00	0,00	0,00
Total eligible own funds to meet the MCR	57 295 828,39	57 295 828,39	0,00	0,00	
SCR	32 464 889,44				
MCR	8 116 222,36				
Ratio of Eligible own funds to SCR	176,49%				
Ratio of Eligible own funds to MCR	705,94%				

Basic Solvency Capital Requirement

Article 112 No {s2c_A0:x0}

	Net Solvency Capital Requirement	Gross Solvency Capital Requirement	Allocation from Adjustments Due to RFF and Matching Adjustments Portfolios
Market risk	7 617 310,02	7 617 310,02	
Counterparty default risk	2 025 082,06	2 025 082,06	
Life underwriting risk	0,00	0,00	
Health underwriting risk	0,00	0,00	
Non-life underwriting risk	27 504 433,95	27 504 433,95	
Diversification	-5 733 696,11	-5 733 696,11	
Intangible asset risk	0,00	0,00	
Basic Solvency Capital Requirement	31 413 129,92	31 413 129,92	

Calculation of Solvency Capital Requirement

Article 112 No {s2c_A0:x0}

	Value
Adjustment due to RFF/MAP nSCR aggregation	
Operational risk	1 051 759,52
Loss-absorbing capacity of technical provisions	0,00
Loss-absorbing capacity of deferred taxes	0,00
Capital requirement for business operated in accordance with Art. 4 of Directive 2003/41/EC	
Solvency capital requirement excluding capital add-on	32 464 889,44
Capital add-on already set	0,00
Solvency capital requirement	32 464 889,44
Other information on SCR	
Capital requirement for duration-based equity risk submodule	
Total amount of Notional Solvency Capital Requirements for remaining part	32 464 889,44
Total amount of Notional Solvency Capital Requirements for ring fenced funds	
Total amount of Notional Solvency Capital Requirements for matching adjustment portfolios	
Diversification effects due to RFF nSCR aggregation for article 304	
Method used to calculate the adjustment due to RFF/MAP nSCR aggregation	
Net future discretionary benefits	

Linear Formula Component For Non-Life Insurance and Reinsurance Oligations

	MCRNL Components
MCRNL Result	3 778 597,83

Background Information

Background information		
	Net (of reinsurance/SPV) Best Estimate and TP Calculated as a Whole	Net (of Reinsurance) Written Premiums in The Last 12 Months
Medical expense insurance and proportional reinsurance		
Income protection insurance and proportional reinsurance		
Workers' compensation insurance and proportional reinsurance		
Motor vehicle liability insurance and proportional reinsurance		
Other motor insurance and proportional reinsurance		
Marine, aviation and transport insurance and proportional reinsurance		
Fire and other damage to property insurance and proportional reinsurance		
General liability insurance and proportional reinsurance		
Credit and suretyship insurance and proportional reinsurance	7 946 404,23	20 991 896,34
Legal expenses insurance and proportional reinsurance		
Assistance and proportional reinsurance		
Miscellaneous financial loss insurance and proportional reinsurance		
Non-proportional health reinsurance		
Non-proportional casualty reinsurance		
Non-proportional marine, aviation and transport reinsurance		
Non-proportional property reinsurance		

Overall MCR calculation

Linear MCR	3 778 597,83
SCR	32 464 889,44
MCR cap	14 609 200,25
MCR floor	8 116 222,36
Combined MCR	8 116 222,36
Absolute floor of the MCR	3 700 000,00
Minimum Capital Requirement	8 116 222,36



RELATÓRIO DO REVISOR OFICIAL DE CONTAS SOBRE O RELATÓRIO ANUAL SOBRE A SOLVÊNCIA E A SITUAÇÃO FINANCEIRA NOS TERMOS DA ALÍNEA A) DO N.º 1 DO ARTIGO 3.º DA NORMA REGULAMENTAR N.º 2/2017-R, DE 24 DE MARÇO, DA AUTORIDADE DE SUPERVISÃO DE SEGUROS E FUNDOS DE PENSÕES

Introdução

Nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 3.º da Norma Regulamentar n.º 2/2017-R, de 24 de março (“Norma Regulamentar n.º 2/2017”), da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (“ASF”), analisámos o Relatório Anual sobre a Solvência e a Situação Financeira (“Relatório”), previsto na alínea a) do artigo 26.º da Norma Regulamentar n.º 8/2016-R, de 16 de agosto, incluindo a informação quantitativa a divulgar em conjunto com esse Relatório (“Informação Quantitativa”), conforme estabelecida no artigo 4.º do Regulamento de Execução (UE) n.º 2015/2452, da Comissão, de 2 de dezembro de 2015 da COSEC – Companhia de Seguro de Créditos, S.A. (“Companhia”), com referência a 31 de dezembro de 2016.

O nosso relatório compreende o relato das seguintes matérias:

- A. Relato sobre os ajustamentos entre a demonstração da posição financeira e a avaliação do balanço para efeitos de solvência, e a classificação e avaliação da disponibilidade e elegibilidade dos fundos próprios;
 - B. Relato sobre a implementação e efetiva aplicação do sistema de governação; e,
 - C. Relato sobre a restante informação divulgada no Relatório sobre a Solvência e a Situação Financeira e na Informação Quantitativa conjuntamente divulgada.
- A. RELATO SOBRE OS AJUSTAMENTOS ENTRE A DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA E A AVALIAÇÃO DO BALANÇO PARA EFEITOS DE SOLVÊNCIA, E A CLASSIFICAÇÃO E AVALIAÇÃO DA DISPONIBILIDADE E ELEGIBILIDADE DOS FUNDOS PRÓPRIOS**

Responsabilidades do Órgão de Gestão

É da responsabilidade do Conselho de Administração da Companhia o cálculo dos ajustamentos entre a respetiva demonstração da posição financeira estatutária e a avaliação do balanço para efeitos de solvência, e a classificação e avaliação da disponibilidade e elegibilidade dos fundos próprios.

Responsabilidades do Revisor Oficial de Contas

A nossa responsabilidade, conforme definido na alínea a) do n.º 1 do artigo 4.º da Norma Regulamentar n.º 2/2017, consiste em expressar, com base no trabalho efetuado, uma conclusão com garantia razoável de fiabilidade, sobre se os ajustamentos entre a demonstração da posição financeira estatutária e a avaliação do balanço para efeitos de solvência, e a classificação e avaliação da disponibilidade e elegibilidade dos fundos próprios, estão isentos de distorções materiais, são completos e fiáveis e, em todos os aspetos materialmente relevantes, são apresentados de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis.

De acordo com o n.º 2 do artigo 3.º da Norma Regulamentar n.º 2/2017, não é da nossa responsabilidade a verificação da adequação às disposições legais, regulamentares e técnicas aplicáveis do cálculo dos elementos incluídos no âmbito da certificação pelo atuário responsável da Companhia, definido no artigo 7.º da mesma Norma Regulamentar.

BAKER TILLY, PG & ASSOCIADOS, SROC, S.A. | Inscrição na CMVM n.º 20161528 e na OROC n.º 235 | Capital Social 70.000 Euros | NIPC 509 224 547

A Baker Tilly, PG & Associados, SROC, S.A. é uma firma membro da Baker Tilly International. A Baker Tilly International Limited é uma sociedade de direito inglês. A Baker Tilly International não presta serviços profissionais a clientes. Cada firma membro é uma entidade autónoma e independente, assumindo-se como tal. A Baker Tilly UK Group LLP é a proprietária da marca Baker Tilly. A Baker Tilly, PG & Associados, SROC, S.A. não atua como agente da Baker Tilly International e não tem poderes para vincular a Baker Tilly International ou atuar em nome da Baker Tilly International. Adicionalmente, nem a Baker Tilly International nem qualquer outra firma membro têm a capacidade de exercer o controlo de gestão de qualquer outra firma membro.

An Independent member of Baker Tilly International

Sede: Edifício Taurus, Campo Pequeno, 48 – 5º Esq. 1000-081 Lisboa, Portugal | Escritório no Porto: Rua Guerra Junqueiro, 447, 4150-389 Porto | Escritório em Leiria: Galerias Eurosol, Rua D. José Alves Correia da Silva, 2414-010 Leiria

Conforme disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 15.º da Norma Regulamentar n.º 2/2017, no regime transitório estabelecido para o exercício de 2016, o relato quanto ao cálculo do requisito de capital de solvência e do requisito de capital mínimo foi substituído por um relatório de conclusões factuais para a ASF, sobre os procedimentos previstos no Anexo III daquela Norma Regulamentar.

Âmbito do trabalho

Em conformidade com as disposições previstas na alínea a) do n.º 1 do artigo 15.º da Norma Regulamentar n.º 2/2017, o nosso trabalho consistiu dos procedimentos previstos no Anexo III daquela Norma Regulamentar, e que se encontram detalhados na secção “Conclusões factuais” do Relatório de Conclusões Factuais do Revisor Oficial de Contas emitido em 29 de maio de 2017.

O trabalho realizado incluiu, entre outros procedimentos, os seguintes:

- (i) A reconciliação da informação base utilizada para o cálculo dos ajustamentos com os sistemas de informação da Companhia e a respetiva demonstração da posição financeira estatutária em 31 de dezembro de 2016 objeto de revisão legal de contas, e sobre a qual foi emitida Certificação Legal das Contas sem reservas e sem ênfases, datada de 15 de março de 2017;
- (ii) A revisão de acontecimentos subsequentes ocorridos entre a data da Certificação Legal das Contas e a data deste relatório;
- (iii) O entendimento dos critérios adotados; e,
- (iv) O recálculo dos ajustamentos efetuados pela Companhia, exceto os referidos no parágrafo seguinte que estão excluídos do âmbito desta certificação.

O trabalho realizado não compreendeu a certificação dos ajustamentos efetuados ao nível das provisões técnicas e dos montantes recuperáveis de contratos de resseguro, os quais, conforme definido no artigo 7.º da Norma Regulamentar n.º 2/2017, foram objeto de certificação pelo atuário responsável da Companhia. Relativamente aos ajustamentos efetuados ao nível de impostos diferidos decorrentes dos ajustamentos acima referidos, o trabalho realizado apenas compreendeu a verificação do impacto em impostos diferidos, tomando por base os referidos ajustamentos efetuados pela Companhia.

A seleção dos procedimentos efetuados depende do nosso julgamento profissional, incluindo os procedimentos relativos à avaliação do risco de distorção material na informação objeto de análise, quer resultantes de fraude ou erro. Ao efetuar essas avaliações de risco consideramos o controlo interno relevante para a preparação e apresentação da referida informação, a fim de planejar e executar os procedimentos apropriados nas circunstâncias.

Aplicamos a Norma Internacional de Controlo de Qualidade 1 (“ISQC 1”) e, como tal, mantemos um sistema de controlo de qualidade abrangente que inclui políticas e procedimentos documentados sobre o cumprimento de requisitos éticos e normas profissionais da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas (“OROC”), bem como dos requisitos legais e regulamentares aplicáveis.

Devido ao facto de os procedimentos acima não constituírem nem uma auditoria, nem uma revisão, efetuados de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (“ISA”) e as Normas Internacionais de Trabalhos de Revisão (“ISRE”), não expressamos qualquer garantia de fiabilidade sobre o cálculo do requisito de capital de solvência, sendo apenas relatadas as conclusões factuais no Relatório de Conclusões Factuais do Revisor Oficial de Contas, emitido em 29 de maio de 2017, derivadas dos procedimentos realizados.

No caso de termos executado procedimentos adicionais ou no caso de termos efetuado uma auditoria ou uma revisão de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (“ISA”) ou as Normas Internacionais de Trabalhos de Revisão (“ISRE”), outras matérias poderiam ter chegado ao nosso conhecimento que teriam sido relatadas a V. Exas..

Conclusão

Com base nos procedimentos realizados e incluídos na secção precedente “Âmbito do trabalho”, que foram planeados e executados em conformidade com as disposições previstas na alínea a) do n.º 1 do artigo 15.º da Norma Regulamentar n.º 2/2017, emitimos um Relatório de Conclusões Factuais do Revisor Oficial de Contas em 29 de maio de 2017, com as nossas conclusões sobre os procedimentos realizados, previstos no Anexo III daquela Norma Regulamentar, as quais não afetam as conclusões deste relatório, nem as conclusões do relatório preparado nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 3.º da Norma Regulamentar n.º 2/2017.

B. RELATO SOBRE A IMPLEMENTAÇÃO E EFETIVA APLICAÇÃO DO SISTEMA DE GOVERNAÇÃO

Responsabilidades do Órgão de Gestão

É da responsabilidade do Conselho de Administração da Companhia:

- (i) A preparação do Relatório sobre a Solvência e a Situação Financeira e da informação a prestar à ASF para efeitos de supervisão, nos termos exigidos pela Norma Regulamentar n.º 8/2016-R, de 16 de agosto, da ASF; e,
- (ii) A definição, aprovação, revisão periódica e documentação das principais políticas, estratégias e processos que definem e regulamentam o modo como a Companhia é dirigida, administrada e controlada, incluindo os sistemas de gestão de riscos e de controlo interno (“Sistema de Governação”), as quais devem ser descritas no capítulo B do Relatório, tendo em conta o previsto no artigo 294.º do Regulamento Delegado (UE) n.º 2015/35 da Comissão, de 10 de outubro de 2014 (“Regulamento”).

Responsabilidades do Revisor Oficial de Contas

A nossa responsabilidade, conforme definido na alínea b) do n.º 1 do artigo 4.º da Norma Regulamentar n.º 2/2017, consiste em expressar, com base no trabalho efetuado, uma conclusão com garantia limitada de fiabilidade sobre a implementação e efetiva aplicação do Sistema de Governação.

Âmbito do trabalho

O nosso trabalho foi efetuado de acordo com a Norma Internacional de Trabalhos de Garantia de Fiabilidade (“ISAE”) 3000 (Revista) “Trabalhos de Garantia de Fiabilidade que Não Sejam Auditorias ou Revisões de Informação Financeira Histórica”, e outras orientações técnicas e normas éticas da OROC e consistiu da obtenção de prova suficiente e apropriada que permita concluir, com segurança moderada, sobre se o conteúdo do capítulo “Sistema de Governação” do Relatório sobre a Solvência e a Situação Financeira, reflete, em todos os aspetos materialmente relevantes, a descrição da implementação e efetiva aplicação do Sistema de Governação da Companhia em 31 de dezembro de 2016.

O trabalho realizado incluiu, entre outros procedimentos, os seguintes:

- (i) A apreciação da informação contida no Relatório sobre o Sistema de Governação da Companhia quanto, aos seguintes principais aspetos: informações gerais; requisitos de qualificação e de idoneidade; sistema de gestão de riscos com inclusão da autoavaliação do risco e da solvência; sistema de controlo interno; função de auditoria interna; função atuarial; subcontratação e eventuais informações adicionais;
- (ii) A leitura e apreciação da documentação que sustenta as principais políticas, estratégias e processos que regulamentam o modo como a Companhia é dirigida, administrada e controlada e obtenção de prova corroborativa sobre a sua implementação;
- (iii) A discussão das conclusões com os responsáveis da Companhia.

Aplicamos a Norma Internacional de Controlo de Qualidade 1 (“ISQC 1”) e, assim, mantemos um sistema de controlo de qualidade abrangente que inclui políticas e procedimentos documentados sobre o cumprimento de requisitos éticos, normas profissionais e requisitos legais e regulamentares aplicáveis.



Entendemos que a prova obtida é suficiente e apropriada para proporcionar uma base aceitável para a expressão da nossa conclusão.

Conclusão

Com base nos procedimentos realizados e descritos na secção precedente “Âmbito do trabalho”, que foram planeados e executados com o objetivo de obter um grau de segurança moderada, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a concluir que, à data a que se refere o Relatório sobre a Solvência e a Situação Financeira (31 de dezembro de 2016), o conteúdo do capítulo “Sistema de Governação”, não reflete, em todos os aspetos materiais, a descrição da implementação e efetiva aplicação do Sistema de Governação da Companhia.

C. RELATO SOBRE A RESTANTE INFORMAÇÃO DIVULGADA NO RELATÓRIO SOBRE A SOLVÊNCIA E A SITUAÇÃO FINANCEIRA E NA INFORMAÇÃO QUANTITATIVA CONJUNTAMENTE DIVULGADA

Responsabilidades do Órgão de Gestão

É da responsabilidade do Conselho de Administração da Companhia a preparação do Relatório sobre a Solvência e a Situação Financeira e da informação a prestar à ASF para efeitos de supervisão, nos termos exigidos pela Norma Regulamentar n.º 8/2016-R, de 16 de agosto, da ASF, incluindo a informação quantitativa a divulgar em conjunto com esse Relatório, conforme estabelecida no artigo 4.º do Regulamento de Execução (UE) n.º 2015/2452, da Comissão, de 2 de dezembro de 2015.

Responsabilidades do Revisor Oficial de Contas

A nossa responsabilidade, conforme definido na alínea c) do n.º 1 do artigo 4.º da Norma Regulamentar n.º 2/2017, consiste em expressar, com base no trabalho efetuado, uma conclusão com garantia limitada de fiabilidade sobre se a restante informação divulgada no Relatório e na Informação Quantitativa conjuntamente divulgada, é concordante com a informação que foi objeto do nosso trabalho e com o conhecimento que obtivemos durante a realização do mesmo.

Âmbito do trabalho

O nosso trabalho foi efetuado de acordo com a Norma Internacional de Trabalhos de Garantia de Fiabilidade (“ISAE”) 3000 (Revista) “Trabalhos de Garantia de Fiabilidade que Não Sejam Auditorias ou Revisões de Informação Financeira Histórica”, e outras orientações técnicas e normas éticas da OROC e consistiu na obtenção de prova suficiente e apropriada que permita concluir, com segurança moderada, sobre se a restante informação divulgada no Relatório sobre a Solvência e a Situação Financeira é concordante com a informação objeto do trabalho do Revisor Oficial de Contas e com o conhecimento obtido durante o processo de certificação.

O trabalho realizado incluiu, entre outros procedimentos, a leitura integral do referido relatório e a avaliação da concordância conforme acima referida.

Aplicamos a Norma Internacional de Controlo de Qualidade 1 (“ISQC 1”) e, como tal, mantemos um sistema de controlo de qualidade incluindo políticas e procedimentos documentados relativos ao cumprimento com requisitos éticos, normas profissionais e requisitos legais e regulatórios aplicáveis.

Entendemos que a prova obtida é suficiente e apropriada para proporcionar uma base aceitável para a expressão da nossa conclusão.

Conclusão

Com base nos procedimentos realizados e descritos na secção precedente “Âmbito do trabalho” que foram planeados e executados com o objetivo de obter um grau de segurança moderada, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a concluir que a informação divulgada no Relatório sobre a Solvência e a Situação Financeira não é concordante com a informação que foi objeto do nosso trabalho e com o conhecimento que obtivemos durante a realização do mesmo.

D. OUTRAS MATÉRIAS

1. O presente relatório atualiza e substitui o nosso relatório, datado de 22 de maio de 2017, preparado nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 3.º da Norma Regulamentar n.º 2/2017, sobre o Relatório Anual sobre a Solvência e a Situação Financeira preparado pela Companhia.
2. Tendo em consideração a normal dinâmica de qualquer sistema de controlo interno, as conclusões apresentadas relativamente ao sistema de governação da Companhia não deverão ser utilizadas para efetuar qualquer projeção para períodos futuros, na medida em que poderão existir alterações nos processos e controlos analisados e no seu grau de eficácia. Por outro lado, dadas as limitações inerentes ao sistema de controlo interno, irregularidades, fraudes ou erros podem ocorrer sem serem detetados.

Lisboa, 29 de maio de 2017



BAKER TILLY, PG & ASSOCIADOS, SROC, S.A.

Representada por Paulo Jorge Duarte Gil Galvão André

Conclusões do Relatório de Certificação sobre a Solvência e a Situação Financeira e da Informação a Prestar à ASF para Efeitos de Supervisão

Situação a 31 de Dezembro 2016

58

1. Conclusões e Recomendações

O presente relatório apresenta-se como a conclusão da certificação do relatório sobre a solvência e a situação financeira e da informação a prestar à ASF para efeitos de supervisão, prevista na Norma Regulamentar n.º 2/2017-R, de 24 de março, um elemento fulcral para o reforço da qualidade e da transparência do reporte e divulgação da informação, um dos pilares do regime Solvência II.

É função do Atuário-Responsável certificar a adequação às disposições legais, regulamentares e técnicas aplicáveis do cálculo das provisões técnicas, dos montantes recuperáveis de contratos de resseguro e de entidades com objeto específico de titularização de riscos de seguro e das componentes do requisito de capital relacionadas com esses itens.

A elaboração do relatório foi feita na qualidade de Atuário-Responsável certificado pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões e tendo em vista fornecer uma opinião independente. Este só pode ser analisado no seu conjunto e no contexto e propósito com que foi elaborado, não podendo as suas conclusões ser utilizadas com outros objetivos e/ou em qualquer outro âmbito.

1.1. Aspetos Gerais

Da análise efetuada concluímos pela razoabilidade das melhores estimativas efetuadas das provisões para sinistros e das provisões para prémios. A mesma conclusão foi obtida para os fluxos de caixa futuros apresentados.

Não encontramos limitações ao trabalho efetuado pela Companhia que possam condicionar os cálculos efetuados de forma material.

A Companhia cumpre os critérios necessários ao impacto das técnicas de mitigação de riscos de seguros no cálculo do seu requisito de capital de solvência.

1.2. Conclusões

Dado que não existe uma situação de incumprimento, nada temos a referir neste capítulo. Confirmámos os seguintes valores ao longo da certificação efetuada:

PROVISÕES TÉCNICAS

Vida	0
Melhor Estimativa	0
Margem de Risco	0
Não Vida	13 868 736
Melhor Estimativa	11 422 309
Margem de Risco	2 453 121
Saúde STV	0
Melhor Estimativa	0
Margem de Risco	0
Saúde NSTV	0
Melhor Estimativa	0
Margem de Risco	0

TOTAL PROVISÕES TÉCNICAS	13 875 431
---------------------------------	-------------------

Benefícios Discrecionários Futuros	0
---	----------

U: Euros

MONTANTES RECUPERÁVEIS

Vida	0
Não Vida	3 475 905
Saúde STV	0
Saúde NSTV	0

TOTAL MONTANTES RECUPERÁVEIS	3 475 905
-------------------------------------	------------------

U: Euros

RISCOS ESPECÍFICOS DE SEGUROS

	Requisito de Capital Líquido	Requisito de Capital Bruto
Riscos Específicos de Seguros de Vida	0	0
Riscos Específicos de Seguros Não Vida	27 504 434	27 504 434
Riscos Específicos de Seguros de Acidentes e Doença	0	0

Ajustamento de Perdas das Provisões Técnicas	0
--	----------

FUNDOS PRÓPRIOS

TOTAL DOS FUNDOS PRÓPRIOS ELEGÍVEIS E DISPONÍVEIS	-
--	----------

Fundos Próprios Totais Disponíveis para Satisfazer o RCS	57 295 828
Fundos Próprios Totais Disponíveis para Satisfazer o RCM	57 295 828
Fundos Próprios Totais Elegíveis para Satisfazer o RCS	57 295 828
Fundos Próprios Totais Elegíveis para Satisfazer o RCM	57 295 828

RCS	32 464 889
RCM	8 116 222

Rácio de Fundos Próprios Elegíveis para o RCS	176
Rácio de Fundos Próprios Elegíveis para o RCM	706%

U: Euros

1.3. Recomendações

Nada a mencionar.

Lisboa, 17 de maio de 2017

Actuarial - Consultadoria Lda.


Luís Portugal
Sócio -Diretor



AO SEU LADO EM TODO O LADO

SEDE LISBOA

Av. da República, nº58
1069-057 Lisboa

DELEGAÇÃO PORTO

R. Gonçalo Sampaio, 329, 3º
4150-367 Porto

ESCRITÓRIOS

Aveiro, Braga, Faro, Leiria,
Setúbal e Viseu

CONTACTOS

T (+351) 217 913 700

F (+351) 217 913 720

cosec@cosec.pt

www.cosec.pt

COSEC - Companhia de Seguro de Créditos, S.A.

Sociedade anónima de seguros, com sede em Avenida da República, 58 - 1069-057 LISBOA, autorizada pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões a exercer atividade nos Ramos Não Vida - Crédito e Caução. Matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa sob o número único da matrícula e de identificação fiscal n.º 500 726 000, com o capital social de €7 500 000,00.